



LEIS E DECRETOS



LEI Nº 7.190, DE 12 DE MARÇO DE 2019.

Altera o Anexo Único da Lei nº 6.101, de 18 de agosto de 2011, que autoriza o Poder Executivo a conceder Subvenções Sociais a entidades ou instituições públicas ou privadas, sem finalidade lucrativa e que mantenham, em funcionamento regular, escolas alternativas ao sistema de ensino.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º O Anexo Único, no que concerne a RELAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES (ONG'S) - SUBVENÇÕES SOCIAIS, fica acrescida de 01 (uma) organização não governamental: ASSOCIAÇÃO AMIGOS DA DONA GAL, TERESINA/PI, inscrita no CNPJ nº 23.079.880/0001-39.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 12 de março de 2019.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

(*) Lei de autoria do Deputado Estadual Fábio Novo, PT (informação determinada pela Lei nº 5.138, de 07 de junho de 2000, alterada pela Lei nº 6.857, de 19 de julho de 2016).



LEI Nº 7.191 DE 15 DE MARÇO DE 2019

Reconhece de Utilidade Pública a Associação de Apoio aos Portadores de Câncer do Piauí Esperança e Vida-AEVP/PIAUI.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, Faço saber que o Poder Legislativo decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica reconhecida de Utilidade Pública a Associação de Apoio aos Portadores de Câncer do Piauí Esperança e Vida-AEVP/PIAUI, CNPJ.17.214.201/0001-94, com sede e foro na Cidade de Teresina-PI, na Rua João Virgílio, 1477, Bairro Vermelha.

Art. 2º Ficam assegurados os direitos e vantagens da legislação vigente à entidade mencionada no artigo anterior.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

PALÁCIO DE KARNAK, em Teresina (PI), 15 de março de 2019.

GOVERNADOR DO ESTADO

SECRETÁRIO DE GOVERNO

(*) Lei de autoria do Deputado Estadual Evaldo Gomes, PTC (informação determinada pela Lei nº 5.138, de 07 de junho de 2000, alterada pela Lei nº 6.857, de 19 de julho de 2016)

Of. 122

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO
DECRETOS DE 15 DE MARÇO DE 2019

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

EXONERAR, DE OFÍCIO, de conformidade com o disposto no art. 34, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

CARLA PATRICIA AZEVEDO VIANA, do Cargo em Comissão, de Coordenador Institucional, símbolo DAS-2, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, com efeitos a partir de 01 de Março de 2019.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso IX, do art. 102, da Constituição Estadual, **RESOLVE**

NOMEAR, interinamente, de conformidade com o disposto no inciso II, do art. 10, da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994,

THIAGO ARANHA CARNEIRO BARBOSA, para exercer o Cargo em Comissão, de Coordenador Institucional, símbolo DAS-2, da Secretaria do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, com efeitos a partir de 01 de Março de 2019.

DISPOSIÇÃO DE SERVIDORES PÚBLICOS
DECRETOS DE 15 DE MARÇO DE 2019

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Ofício nº 26/2019-GG, de 21 de fevereiro de 2019, do Governador do Estado do Maranhão, AP.010.1.001138/19-51, e no Ofício nº 36.1091-344/2019, de 11 de março de 2019, da Procuradoria-Geral do Estado do Piauí,

RESOLVE de conformidade com o disposto no Art. 100 da Lei Complementar nº 13, de 03 de janeiro de 1994, na redação dada pela Lei nº 6.290, de 19 de dezembro de 2012, combinado com o Decreto nº 15.085, de 18 de fevereiro de 2013, e alterações posteriores, colocar o servidor **RAIMUNDO NONATO DE CARVALHO REIS NETO**, Procurador do Estado, Matrícula nº 231598-0, pertencente ao quadro de pessoal da Procuradoria Geral do Estado do Piauí - PGE à disposição do Governo do Estado do Maranhão, para ocupar o cargo em comissão de Secretário-Adjunto de Assuntos Metropolitanos, Simbologia Isolado, da estrutura organizacional da Secretaria de Estado das Cidades e Desenvolvimento Urbano - SECID, **por prazo indeterminado, a partir desta data, nos termos do Decreto nº 18.109, de 07 de fevereiro de 2019.** A disposição é **sem ônus para o órgão de origem**, cabendo ao Governo do Estado do Maranhão, fazer o ressarcimento ao Estado do Piauí, nos termos do art. 6º, do Decreto nº 15.085/2013, combinado com o disposto no art. 11 do mesmo diploma legal.

O GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o inciso V, art. 102, da Constituição Estadual e tendo em vista o que consta no Processo AA.002.1.001578/19-62, de 26 de fevereiro de 2019; e no OF. GAB. SEADPREV. Nº. 458/19, de 12 de março de 2019, da Secretaria de Administração e Previdência,

RESOLVE tornar sem efeito o Decretos/n, datado de 15 de fevereiro de 2019, publicado no DOE nº 33, de 15 de fevereiro de 2019, que colocou **ROBSON SILVA COSTA**, Jornalista, Matrícula nº 180101-5, pertencente ao quadro de pessoal da Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência - SEID à disposição do Tribunal Regional do Trabalho da 22ª Região, em razão do servidor está em gozo de licença sem vencimento, por 02 (dois) anos, com início a contar de 08 de fevereiro de 2019 e término em 07 de fevereiro de 2021, para tratar de interesses particulares, conforme PORTARIA/GAB/SEID nº 01/2019, da Secretaria Estadual para Inclusão da Pessoa com Deficiência - SEID, publicada no DOE nº 37, de 21 de fevereiro de 2019, pag. 11.

Of. 123



PORTARIAS E RESOLUÇÕES

PORTARIA GP Nº 1422/18/PIAUI PREVIDÊNCIA

TERESINA - PI, 17 DE MAIO DE 2018.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUI PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º, inciso II, da Lei nº. 6.910, de 12 de dezembro de 2016 e considerando a documentação acostada aos autos do Processo nº 2017.07.2786P.

RESOLVE:

CONCEDER Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 41/2004 e no Art. 40, § 7º II da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, em favor dos dependentes do segurado **ANTONIO CARLOS PINTO DE FARIAS**, outrora ocupante do cargo **CAPITÃO**, nível A, classe I, do quadro de pessoal do **IBPM/TERESINA - POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUI**, matrícula nº. **0154873**, portador do CPF nº: **397.407.573-91**, falecido em **26/07/2017**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R\$ 7426,45** (Sete mil e quatrocentos e vinte e seis reais e quarenta e cinco centavos), na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO							
VERBAS	FUNDAMENTAÇÃO		VALOR (R\$)				
SUBSIDIO.	Anexo único da lei nº 6.173/12 c/c art. 1º lei nº 6.933/16.		8.094,49				
VPNI - GRATIFICAÇÃO POR CURSO DE POLÍCIA MILITAR.	ART. 55, INCISO II DA LC Nº 5.378/04 E ART. 2º, PARÁGRAFO ÚNICO DA LEI Nº 6.173/12		144,16				
TOTAL			8.238,65				
CÁLCULO DO DESCONTO PREVIDENCIÁRIO DA PENSÃO - Art. 40, §7º, da CF/88 com redação da EC nº 41/2003.							
(8.238,65 - 5531,31 * 70%) + 5531,31 = 7426,45							
BENEFICIÁRIOS							
NOME	DATA NASC.	DEPENDÊNCIA	CPF	DATA INÍCIO	DATA FIM	%RATEIO	VALOR (R\$)
REGINA CELIA ROCHA DE SOUSA	06/11/1970	Cônjuge	446.493.123-53	26/10/2017	VITALÍCIO	33,33	2.475,48
CARLA REGINA SOUSA FARIAS.	04/07/2004	Filho (a) Menor não emanc	081.818.013-77	26/10/2017	04/07/2025	33,33	2.475,48
CARLOS JOSE SOUSA FARIAS.	15/01/2015	Filho (a) Menor não emanc	081.817.853-12	26/10/2017	15/01/2036	33,33	2.475,48

Os efeitos desta Portaria retroagem a 26/08/2017.

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

PORTARIA GP Nº230 PIAUI PREVIDÊNCIA

TERESINA - PI, 04 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUI PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º, inciso II, da Lei nº. 6.910, de 12 de dezembro de 2016 e considerando a documentação acostada aos autos do Processo nº 2018.07.1608P.,

RESOLVE:

CONCEDER Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 41/2004 e no(a) Art. 40, § 7º I da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, em favor da dependente do segurado **RAIMUNDO CLEMENTE NETO**, outrora ocupante do cargo 2º SARGENTO-RESERVA REMUNERADA "a pedido", do quadro de pessoal da **POLICIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUI**, matrícula nº. **0104914**, portador do CPF nº: **132.377.723-72**, falecido em **27/07/2018**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R\$ 3965,52** (Três mil e novecentos e sessenta e cinco reais e cinquenta e dois centavos), na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO							
VERBAS	FUNDAMENTAÇÃO					VALOR (R\$)	
SUBSIDIO	Anexo único da lei nº 6.173/12 acrescentada pelo art.1º,I,II, da lei n º 7.132/18 c/c art.1º lei nº 6.933/16.					3.888,01	
CURSO FORMACAO SARGENTO	Art. 55, inciso II da LC nº 5.378/04 e art. 2º, parágrafo único da lei nº 6.173/12.					77,51	
TOTAL						3.965,52	
BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	DATA NASC.	DEP.	CPF	DATA INÍCIO	DATA FIM	% RATEIO	VALOR (R\$)
MARIA DOS AFLITOS ALVES DOS SANTOS	05/02/1945	Companheiro(a)	160.126.903-04	27/02/2018	VITALÍCIO	100,00	3.965,52

Os efeitos desta Portaria retroagem a 27/09/2019.

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

PORTARIA GP Nº 2916/2018/PIAUI PREVIDÊNCIA

TERESINA - PI, 11 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUI PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º, inciso II, da Lei nº. 6.910, de 12 de dezembro de 2016 e considerando a documentação acostada aos autos do Processo nº 2017.07.0990P.

RESOLVE:

CONCEDER Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 40, § 7º II da CF/88 com redação da EC nº 41/2003, em favor da dependente do segurado **JOSÉ DE MOURA SOARES**, outrora ocupante do cargo **AUXILIAR DE SERVIÇO - POSENTADORIA POR IDADE**, do quadro de pessoal da **SECRETARIA DE SAÚDE**, matrícula nº. **0364274**, portador do CPF nº: **184.581.493-20**, falecido em **19/02/2017**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R\$ 959,35** (Novecentos e cinquenta e nove reais e trinta e cinco centavos), na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO							
VERBAS		FUNDAMENTAÇÃO				VALOR (R\$)	
VENCIMENTO .		ART. 40 DECRETO Nº 16.450/2016				959,35	
TOTAL						959,35	
BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	DATA NASC	DEP.	CPF	DATA INÍCIO	DATA FIM	% RATEIO	VALOR (R\$)
ROSA FERREIRA DA CRUZ SOARES	09/05/1943	Cônjuge	446.235.69-349	19/03/2018	VITALÍCIO	100,00	959,35

Os efeitos desta Portaria retroagem a 19/03/2018.

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

PORTARIA GP Nº 0247 /2019 /PIAUI PREVIDÊNCIA

TERESINA - PI, 07 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUI PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º, inciso II, da Lei nº. 6.910, de 12 de dezembro de 2016 e considerando a documentação acostada ao(s) autos(s) do(s) Processo (s) nº 2017.07.2796P.,

RESOLVE:

CONCEDER Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 41/2004 e no(a) Art. 42, §2º da CF/88 c/c art. 58, §12 da CE/1989 c/c art. 67, da Lei Estadual nº. 5.378/2004, em favor do (s) dependente (s) do (a) segurado (a) **GILDASIA ROSA DO VALE**, outrora ocupante do cargo **SUBTENENTE**, do quadro de pessoal do (a) **GOVERNO DO ESTADO DO PIAUI**, matrícula nº. **316709P**, portador do CPF nº: **470.318.753-15**, falecido (a) em **07/10/1994**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R\$ 4853,66** (Quatro mil e oitocentos e cinquenta e três reais e sessenta e seis centavos), na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO								
VERBAS		FUNDAMENTAÇÃO				VALOR (R\$)		
SUBSIDIO		LEI Nº. 7.132/2018				4.564,18		
VPNI - LEI Nº. 6.173/2012		LEI Nº. 6.173/2012				289,48		
TOTAL						4.853,66		
BENEFICIÁRIO (S)								
NOME		DATA NASC.	DEP.	CPF	DATA INÍCIO	DATA FIM	% RATEIO	VALOR (R\$)
GILZELDA GOMES DO VALE		22/02/1973	Filho (a) Inválido (a)	311.364.688-03	22/08/2017	VITALÍCIO	100,00	4.853,66

Os efeitos desta Portaria retroagem a 22/08/2017.

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

Diário Oficial

Teresina(PI) Sexta-feira, 15 de março de 2019 • Nº 50

3

PORTARIA GP Nº 1325/2017 PIAUÍ PREVIDÊNCIA

TERESINA - PI, 21 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º, inciso II, da Lei nº. 6.910, de 12 de dezembro de 2016 e considerando a documentação acostada ao(s) autos do(s) Processo (s) nº 2017.07.1389P., **RESOLVE:**

CONCEDER Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº. 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 42, §2º da CF/88 c/c art. 58, §12 da CE/1989 c/c art. 67, da Lei Estadual nº. 5.378/2004, em favor do (s) dependente (s) do (a) segurado (a) **VICENTE NUNES DA SILVA**, outorora ocupante do cargo **MOTORISTA**, do quadro de pessoal do (a) **SECRETARIA DE SAUDE - SEDE-SECRETARIA DE SAÚDE**, matrícula nº. **0413186**, portador do CPF nº: **053.811.183-68**, falecido (a) em **17/05/2015**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R\$ 790,00 (Setecentos e noventa reais)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO							
VERBAS	FUNDAMENTAÇÃO					VALOR (R\$)	
VENCIMENTO .	LEI 6.557 DE 07 DE JULHO 2014					754,00	
GRATIFICAÇÃO ADICIONAL .	art. 65 da Lei Complementar 13/94					36,00	
TOTAL						790,00	
BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	DATA NASC.	DEP.	CPF	DATA INÍCIO	DATA FIM	% RATEIO	VALOR (R\$)
DELZUITA GOMES DOS SANTOS	28/07/1956	Companheiro(a)	010.307.158-07	17/05/2015	VITALÍCIO	100,00	790,00

Os efeitos desta Portaria retroagem a 17/05/2015. Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

PORTARIA GP Nº 0385/2019/PIAUÍ PREVIDÊNCIA

TERESINA - PI, 28 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º, inciso II, da Lei nº. 6.910, de 12 de dezembro de 2016 e considerando a documentação acostada ao(s) autos do(s) Processo (s) nº 2017.07.3493P., **RESOLVE:**

CONCEDER Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº. 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 40, § 7º da CF/88 com redação da EC nº 20/98 c/c art. 3º da EC 41/2003, em favor do (s) dependente (s) do (a) segurado (a) **CLEONICE FONTENELE DE SALES**, outorora ocupante do cargo **PROFESSOR - APOSENTADORIA POR TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO**, nível VII, classe A, do quadro de pessoal do (a) **INATIVOS INTERIOR-SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO**, matrícula nº. **0475815**, portador do CPF nº. **231.066.113-91**, falecido (a) em **28/10/2001**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R\$ 3.217,90 (Três mil, duzentos e dezessete reais e noventa centavos)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO							
VERBAS	FUNDAMENTAÇÃO					VALOR (R\$)	
VENCIMENTO .	LEI COMPLEMENTAR Nº152 DE 23.03.2010					3.040,40	
GRAT. ADICIONAL	LEI Nº4.212/88 C/C Nº033/03					165,50	
TOTAL						3.217,90	
BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	DATA NASC.	DEP.	CPF	DATA INICIO	DATA FIM	% RATEIO	VALOR (R\$)
JOSE ANTENOR DE SALES	03/05/1934	Cônjuge	630.406.623-68	01/12/2001	VITALÍCIO	50,00	1.608,95
LUIZIA CARLA FONTENELE DE SALES	17/12/1975	Filho (a) Invalído (a)	606.922.503-10	27/10/2017	VITALÍCIO	50,00	1.608,95

Os efeitos desta Portaria retroagem a 27/10/2017. Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.

PORTARIA GP Nº 366/2019/PIAUÍ PREVIDÊNCIA

TERESINA - PI, 27 DE FEVEREIRO DE 2019.

O PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO PIAUÍ PREVIDÊNCIA, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o artigo 2º, inciso II, da Lei nº. 6.910, de 12 de dezembro de 2016 e considerando a documentação acostada ao(s) autos do(s) Processo (s) nº 2017.07.1447P., **RESOLVE:**

RESOLVE:

CONCEDER Benefício de **PENSÃO POR MORTE**, com fulcro na Lei Complementar nº. 13/1994, com nova redação dada pela Lei nº. 6.743/2015, combinada com a Lei Complementar nº. 40/2004, Lei 10.887/2004, Lei 8.213/1991, Art. 42, §2º da CF/88 c/c art. 58, §12 da CE/1989 c/c art. 67, da Lei Estadual nº. 5.378/2004, em favor do (s) dependente (s) do (a) segurado (a) **ANISIO PEREIRA DA SILVA**, outorora ocupante do cargo **SOLDADO - APOSENTADORIA POR INVALIDEZ**, do quadro de pessoal do (a) **POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ- GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ - IAPÉP- INATIVO** matrícula nº. **0111996**, portador do CPF nº: **099.978.733-00**, falecido (a) em **13/08/2015**, no que tange ao valor total do benefício, que é de **R\$2.631,07 (Dois mil, seiscentos e trinta e um reais e sete centavos)**, na forma discriminada abaixo:

COMPOSIÇÃO REMUNERATÓRIA DO BENEFÍCIO							
VERBAS		FUNDAMENTAÇÃO				VALOR (R\$)	
SUBSÍDIO (25/30)		CONFORME PARECER PGE 39/2018				2.583,33	
.VPNI - LEI 6173/2012		LEI 6173/2012				47,74	
TOTAL						2.631,07	
BENEFICIÁRIO (S)							
NOME	DATA NASC.	DEP.	CPF	DATA INÍCIO	DATA FIM	% RATEIO	VALOR (R\$)
NEUDIMAR MARTINS SA	12/07/1963	Companheiro (a)	327.301.873-91	16/05/2017	VITALÍCIO	100,00	2.631,07

Os efeitos desta Portaria retroagem a 16/05/2017.

Publique-se, Cientifique-se e Cumpra-se.



SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA DO ESTADO PIAUÍ
DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL
GABINETE DO DELEGADO GERAL



PORTARIA Nº 202-GDG/2019

O Del **LUCCY KEIKO LEAL PARAIBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor **PAULO ROBERTO DA SILVA NUNES**, Agente de Polícia Civil, **matrícula nº. 311250-X**, oriundo do Grupo de Apoio Operacional – GAO, junto ao 20º Distrito Policial em União-PI, em regime de expediente diário, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 01 de Março de 2019.

Luccy Keiko Leal Paraiba
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 203-GDG/2019

O Del **LUCCY KEIKO LEAL PARAIBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor **FRANCISCO DAS CHAGAS SIQUEIRA DE SOUSA**, Agente de Polícia Civil, **matrícula nº. 046.385-0**, oriundo do 25º DP, junto à Delegacia de Polícia Civil do 4º Distrito Policial, em Teresina/PI, em regime de plantão, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 07 de Março de 2019.

Luccy Keiko Leal Paraiba
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

Of. 814



PORTARIA Nº 214-GDG/2019

O Del **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e

CONSIDERANDO a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no Art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO a criação da Unidade Gestora-UG nº 120.102-Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí;

R E S O L V E:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 415-GDG/2017, datada no dia 12 de maio de 2017, em favor do servidor EMIR MAIA MARTINS NETO, Delegado de Polícia Civil, matrícula nº 1086081, como **Tomador de Suprimento de Fundos da UG nº 120.102-Delegacia Geral de Polícia Civil**.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 08 de março de 2019.

Del **LUCCY KEIKO LEAL PARA**
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 215-GDG/2019

O Del **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e

CONSIDERANDO a necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no Art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO a criação da Unidade Gestora-UG nº 120.102-Delegacia Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí;

R E S O L V E:

CESSAR os efeitos da Portaria nº 0101-GDG/2019, datada no dia 18 de janeiro de 2019, em favor da servidora LUCIVÂNIA CARVALHO VIDAL, Delegada de Polícia Civil, matrícula nº 280.274-x, como **Tomadora de Suprimento de Fundos da UG nº 120.102-Delegacia Geral de Polícia Civil**.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 08 de março de 2019.

Del **LUCCY KEIKO LEAL PARA**
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 216-GDG/2019

O Del **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

R E S O L V E:

LOTAR o servidor **VICENTE DE PAULA MOTA E SILVA**, Agente de Polícia Civil Classe Especial, matrícula nº. 009.545-1, oriundo da DRCT, **junto à Delegacia de Segurança e Proteção ao Idoso (DSPI)**, em Teresina/PI, onde deverá exercer suas funções, em regime de expediente diário, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 11 de março de 2019.

Luccy Keiko Leal Paraíba
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 217-GDG/2019

O Del **LUCCY KEIKO LEAL PARAÍBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO o teor do requerimento da servidora **NARCEIZA DE MARIA CHAIB LIMA**;

R E S O L V E:

LOTAR a servidora **NARCEIZA DE MARIA CHAIB LIMA**, Escrivã de Polícia Classe Especial, matrícula nº. 009112-0, oriunda da Delegacia do 3º DP, na Delegacia de Repressão aos Crimes de Trânsito – DRCT, em Teresina/PI, onde deverá exercer suas funções, em regime de expediente diário, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 11 de março de 2019.

Luccy Keiko Leal Paraíba
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

PORTARIA Nº 220-GDG/2019

O Del LUCY KEIKO LEAL PARAIBA - DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo art. 159, § 1º, da Constituição do Estado do Piauí e pelo art. 73, XI, da Lei Complementar nº. 037, de 09/03/2004, que dispõe sobre o Estatuto da Polícia Civil do Estado do Piauí, e

CONSIDERANDO a imperiosa necessidade de promover a efetivação dos princípios administrativos insculpidos no art. 37 da Constituição Federal promulgada em 05/10/1988, notadamente ao princípio da eficiência;

CONSIDERANDO que a promoção de ajustes e renovações nas lotações dos servidores públicos constitui medida de boa técnica administrativa que permite a análise estratégica de desempenho público, a promoção de reflexão e motivação, sempre objetivando o alcance da excelência e do aprimoramento na tutela do genuíno interesse público, social e profissional;

CONSIDERANDO o requerimento do servidor Robersino Pereira da Silva, lotado na Delegacia de Elesbão Veloso-PI, solicitando remoção para uma das unidades policiais desta capital;

RESOLVE:

LOTAR o servidor **ROBERSINO PEREIRA DA SILVA**, Agente de Polícia Civil, matrícula nº. 311.270-5, oriundo da Delegacia Regional de Elesbão Veloso-PI, **junto ao Departamento de Homicídios e Proteção à Pessoa - DHPP**, em Teresina/PI, onde deverá exercer suas funções, até ulterior deliberação.

CIENTIFIQUE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

GABINETE DO DELEGADO GERAL DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ, em Teresina-PI, 12 de Março de 2019.

Luccy Keiko Leal Paraíba
Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

Of. 599



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE
E RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO PIAUÍ

PORTARIA GAB. Nº 008/2019 Teresina, 12 de março de 2019.

Revogar a Portaria nº **05/2019**, que dispõe sobre a suspensão da Licença de Operação nº D000514/16, emitida em desfavor de **JOÃO DIAS GERÔNIMO**, proprietário do empreendimento denominado "FAZENDA SERRA DO ATOLEIRO", na zona rural do município de Ribeiro Gonçalves/PI.

O Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí, no uso de suas atribuições legais, com fulcro no artigo 9º da Lei Estadual nº 44.854, de 10 de julho de 1996 e na Lei Federal nº 6938 de 31 de agosto de 1981;

Considerando que o Princípio da Autotutela assegura poder à Administração Pública para revisar e controlar seus próprios atos, os apreciando quanto ao mérito e quanto à legalidade;

Considerando o teor da Decisão Monocrática exarada em Agravo de Instrumento nº 2017.0001.010693-8, Processo nº 0000325-75.2017.8.18.0042, que concluiu pelo sequestro do bem imóvel de matrícula nº 1.714 às fls. 78/v do Livro 2-M, do Cartório de Registro de Imóveis de Ribeiro Gonçalves, correspondente a uma área de 2.828,12 ha, conferindo cumprimento imediato, de efeitos *erga omnes*;

Considerando o Princípio da Prevenção, que impõe a necessidade de cautela e tomada de medidas protetivas contra o uso irregular da terra contra quem, eventualmente, possa ameaça-la ou infringi-la algum dano irreversível, restando prejuízos para o proprietário e, sobretudo, ao meio ambiente, e até que seja resolvido o litígio pendente sobre o bem imóvel;

Considerando o princípio da razoabilidade, que compele a Administração Pública a agir com prudência e moderação na tomada de decisões adequadas e coerentes, levando-se em conta a relação de proporcionalidade entre os meios empregados e a finalidade a ser alcançada, bem como as circunstâncias que envolvam a prática do ato e ainda, a garantia constitucional ao contraditório e ampla defesa;

RESOLVE:

Artigo 1º - Revogar a Portaria nº 05/2019, emitida em desfavor de **JOÃO DIAS GERÔNIMO**, proprietário do empreendimento denominado "FAZENDA SERRA DO ATOLEIRO", na zona rural do município de Ribeiro Gonçalves/PI.

Artigo 2º - Conceder prazo de 15 (quinze) dias para o exercício do direito ao contraditório e ampla defesa, perante a possibilidade de suspensão dos efeitos da licença de operação que incidir sobre a área objeto do sequestro judicial.

Artigo 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Artigo 4º - Revogam-se as disposições em contrário.

ROBÉRIO ASLAY DE ARAÚJO BARROS
Secretário de Estado do Meio Ambiente e Recursos Hídricos
Of. 176



FEPISERH
Fundação Estadual Piauiense
de Serviços Hospitalares

Av. Presidente Kennedy, 570
Bairro São Cristóvão - Teresina - PI
64.052-345

PORTARIA Nº 03/2019-GAB/FEPISERH

Nomeia os membros da Comissão de Sindicância da Fundação Estadual Piauiense de Serviços Hospitalares - FEPISERH, e dá outras providências.

A DIRETORA PRESIDENTE DA FUNDAÇÃO ESTATAL PIAUIENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe confere no Estatuto aprovado pelo Decreto Governamental nº 17.112, de 18-04-2017, considerando o Contrato de Gestão nº 110/2017 e a Lei Complementar nº 13 de 3/1/1994, resolve:

NOMEAR

Art. 1º - Ficam nomeados para compor a Comissão de Sindicância da Fundação Estadual Piauiense de Serviços Hospitalares - FEPISERH, os seguintes membros.

I - Fernando Antônio Danda Vasconcelos, CPF nº 224.398.114-91 - cargo: Assessoria Técnica - Presidente;

II - Renata Érica Pereira Teixeira, CPF nº 050.878.243-07, cargo: Gerente Jurídica de Assuntos Administrativos e Contenciosos - Membro;

III - Carla Maria de Sousa Brito Santos, CPF nº 779.697.073-00 - cargo: Coord. Documentação de Registro - Membro.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, com efeitos a partir dessa data.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete da Diretora Presidente da Fundação Estadual Piauiense de Serviços Hospitalares - FEPISERH (PI), em 4 de fevereiro de 2019.

Natália de Sena Monteiro Lima Pinheiro

Natália de Sena Monteiro Lima Pinheiro

Diretora Presidente - FEPISERH

Natália de Sena Monteiro L. Pinheiro
Presidente da FEPISERH

Of. 59

PORTARIA FEPISERH Nº 04 /2019

Dispõe sobre a jornada de trabalho dos funcionários da sede administrativa da FUNDAÇÃO ESTATAL PIAUIENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES – FEPISERH, para os funcionários cujo local de trabalho é a sede da FEPISERH.

A PRESIDENTE da FUNDAÇÃO ESTATAL PIAUIENSE DE SERVIÇOS HOSPITALARES – FEPISERH, no uso de suas atribuições legais e regimentais, nos termos do art. 17, inciso IV, do Decreto Estadual nº 17.112, de 18 de abril de 2017, publicado no DOE nº 72, de 18/04/2017.

CONSIDERANDO a necessidade de regulamentar a jornada de trabalho dos funcionários da FEPISERH;

RESOLVE:

Art. 1º. Fixar a jornada de trabalho dos funcionários da sede administrativa da Fundação Estatal Piauiense de Serviços Hospitalares – FEPISERH em 8 (oito) horas diárias ou 40 (quarenta) horas semanais de trabalho, acrescido de 2 (duas) horas de intervalo para repouso e/ou alimentação, devendo iniciar-se a partir das 7h30 e terminar até as 17h30.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições em contrário.

Art. 3º. Dê ciência e cumpra-se.

Gabinete da Presidência da FEPISERH, Teresina, 13 de março de 2019.

Natália de Sena Monteiro L. Pinheiro
Natália de Sena Monteiro Lima Pinheiro

Presidente da FEPISERH

Natália de Sena Monteiro L. Pinheiro
Presidente da FEPISERH

Of. 60



ESTADO DO PIAUÍ
POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ
GABINETE DO COMANDO GERAL

PORTARIA Nº 125, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

Dispensa Oficial da função de Comandante da Companhia de Comando do Quartel do Comando Geral (CC/QCG).

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei nº 3.529, de 20.10.1977 c/c o nº 1, da letra “b”, do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981;

CONSIDERANDO o constante no § 1º, do artigo 45-C, da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, e

CONSIDERANDO o Anexo X da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, alterado pela Lei nº 6.199, de 27.03.12, e pela Lei nº 6.792, de 19.04.2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Dispensar da função de Comandante da Companhia de Comando do Quartel do Comando Geral (CC/QCG) o Capitão QOPM PEDRO GOMES SANTOS, RGPM 10.12026-94, com efeitos retroativos a 25 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LINDOMAR CASTILHO MELO - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

PORTARIA Nº 126, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

Designa Oficial para a função de Comandante da Companhia de Comando do Quartel do Comando Geral (CC/QCG).

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei nº 3.529, de 20.10.1977 c/c o nº 1, da letra “b”, do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981;

CONSIDERANDO o constante no § 1º, do artigo 45-C, da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, e

CONSIDERANDO o Anexo X da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, alterado pela Lei nº 6.199, de 27.03.12, e pela Lei nº 6.792, de 19.04.2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para a função de Comandante da Companhia de Comando do Quartel do Comando Geral (CC/QCG) a Capitã QOPM CLAUDENE MARIA ESTEVAM DA ROCHA, RGPM 10.10207-92, com efeitos retroativos a 25 de fevereiro de 2019.

Art. 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LINDOMAR CASTILHO MELO - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

PORTARIA Nº 127, DE 11 DE MARÇO DE 2019.

Designa Oficial para a função de Coordenadora Operacional do Centro de Operações Policiais Militares da Polícia Militar do Piauí (COPOM/PMPI).

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais que lhe conferem o art. 109, II, da Constituição do Estado do Piauí e o art. 4º da Lei Estadual nº 3.529/77, de 20.10.1977 c/c o nº 1, da letra “b”, do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981,

CONSIDERANDO o constante no § 1º, do artigo 45-C, da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, e

CONSIDERANDO o Anexo X da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, alterado pela Lei nº 6.199, de 27.03.12, e pela Lei nº 6.792, de 19.04.2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para a função de Coordenadora Operacional do Centro de Operações Policiais Militares da Polícia Militar do Piauí (COPOM/PMPI) a Capitã QOPM CLAUDENE MARIA ESTEVAM DA ROCHA, RGPM 10.10207-92, cumulativamente com a função que já exerce.

Art. 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LINDOMAR CASTILHO MELO - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI



PORTARIA Nº 128, DE 12 DE MARÇO DE 2019.

Designa Oficial para a função de Comandante do Batalhão Tático Aeropolicial (BTAP).

O COMANDANTE GERAL DA POLÍCIA MILITAR DO PIAUÍ, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 4º da Lei nº 3.529, de 20.10.1977 c/c o nº 1, da letra “b”, do artigo 12, do Regulamento de Movimentação para Oficiais e Praças da PMPI, aprovado pelo Decreto nº 4.262, de 26 de março de 1981;

CONSIDERANDO o constante no § 1º, do artigo 45-C, da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, e

CONSIDERANDO o Anexo X da Lei nº 5.378 de 10.02.2004, incluído pela Lei nº 5.755, de 08.05.2008, alterado pela Lei nº 6.199, de 27.03.12, e pela Lei nº 6.792, de 19.04.2016,

RESOLVE:

Art. 1º - Designar para a função de Comandante do Batalhão Tático Aeropolicial (BTAP) o Major QOPM JOSÉ SOARES DA SILVA FILHO, RGPM 10.10429-92.

Art. 2º - Determinar que esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

LINDOMAR CASTILHO MELO - Coronel PM
Comandante-Geral da PMPI

Of. 33



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO

PORTARIA Nº 015/2019

Institui Comissão para condução de Processo de auditoria interna para os fins que menciona.

O Secretário, da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei 8.666/93 e legislação vigente.

Resolve:

I - Instituir uma comissão para condução de Auditoria Interna, referente aos contratos 008/2016, 016/2016 e 032/2016, da Empresa SERVFAZ serviços de terceirização, com vistas a apuração dos fatos apontados no Relatório CGE Nº 029/2018 e a quantificação do dano, se houver, bem como de elaboração de relatório conclusivo, nos termos da Lei, podendo a Comissão emitir relatórios parciais conforme o andamento do processo com o intuito de ir sanando quaisquer falhas encontradas.

II - Designar os seguintes servidores para, sob a presidência do primeiro, comporem a comissão:

a) LAYSE LEAL BRITO, Coordenadora de Programas Especiais, CPF 022.661.183-31, matrícula 322380-9;

b) CLAUDENOR PEREIRA BESERRA, Assistente Administrativo I, CPF 132.461.783-72, Matrícula 006413-x.

c) FRANCISCO DE ASSIS DA SILVA, Coordenador de Logística, Abastecimento e Serviços, CPF 150.438.513-68, Matrícula 283.179-1.

III - Os trabalhos de que trata o inciso I deverão ser concluídos no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir da data desta Portaria.

IV - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

V - Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Teresina (PI), 13 de Março de 2019.

IGOR LEONAMPINHEIRO NÉRI

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

Of. 125

PORTARIA GAB SEDET Nº 016/2019

Teresina (PI), 14 de Março de 2019.

O Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere o Ato de nomeação publicado no Diário Oficial do Estado do Piauí Nº 93, página 02, de 25 de Maio de 2018.

RESOLVE:

I – Designar os servidores a seguir nominados para constituírem a Comissão Permanente de Licitação desta Secretaria.

PRESIDENTE: Layse Leal Brito

MEMBROS: Teresinha de Jesus Rodrigues Aguiar

Antônio de Pádua Rêgo Neto

Claudenor Pereira Beserra

Francisco de Assis Silva

Carlos Antonio Moura Fé Junior

SUPLENTE: Raíssa Nuala Feitosa

Marcelo Christian Santos Silva

Kelson de França Sousa

Stella Maria Gomes Teotônio Luz

II – Sempre que necessário, a Presidente poderá solicitar a presença de um dos membros suplentes para apoiar a realização do certame, com informações e esclarecimentos técnicos.

III – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação e revoga a PORTARIA Nº 007/2018, de 20 DE Abril de 2018, publicada no Diário Oficial do Estado do Piauí, Nº 75, página 19, de 23 de Abril de 2018.

IGOR LEONAMPINHEIRO NÉRI

Secretário do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico

ERRATA DA PORTARIA Nº 012/2019 do Contrato 002/2019

Errata da Portaria nº 012/2019, de 01-02-2019, publicada no D.O.E nº 37 de 21 de fevereiro de 2019.

ONDE SE LÊ: Gestor do contrato ANTÔNIO DE PÁDUARÊGO NETO

LEIA-SE: Gestor do Contrato ALAN SILVA ARAÚJO RESENDE

Teresina - PI, 14 de março de 2019.

Visto: Igor Leonam Pinheiro Néri

Secretário de Estado do Desenvolvimento Econômico e Tecnológico - SEDET

Of. 127


GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

EXTRATO DA PORTARIA EXPEDIDA PELA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE DO PIAUÍ-SESAPI.

O Secretário de Estado da Saúde do Piauí, no uso de suas prerrogativas legais, RESOLVE:

• PORTARIA nº 338/19, de 12 de março de 2019 – Cessar os efeitos da Portaria/SESAPI/GAB nº 179/19 de 23/01/2019, que concedeu LICENÇA COM REMUNERAÇÃO POR MOTIVO DE AFASTAMENTO DE CONJUGE OU COMPANHEIRO, conforme o processo nº AA.900.1.000599/19-47 do(a) servidor(a): GRAZIELLY FERREIRA LIMA, Cargo: Assistente Social, Classe: I-A, Matrícula: 321471-X, do quadro de pessoal desta Secretaria, prestador(a) de serviços no(a): Administração Central/Sede – Teresina – Piauí. Esta Portaria entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se Gabinete do Secretário de Estado da Saúde do Piauí, em Teresina-PI, de 12 de março de 2019.

José Richardson da Costa Soares
Diretor de Unidade de Gestão de Pessoas – DUGP

Florentino Alves Veras Neto
Secretário de Estado da Saúde do Piauí

Of. 1253



Estado do Piauí
Secretaria de Governo
Gabinete do Secretário de Governo

PORTARIA Nº 03 /GSG

Teresina (PI), 15 de março de 2019.

DESIGNA FISCAL DO CONTRATO ADMINISTRATIVO DE Nº 9912456470/2019 VIGENTES NO ÂMBITO DA SECRETARIA DE GOVERNO E O ORIENTA SOBRE O CORRETO ACOMPANHAMENTO DESSE CONTRATO.

O SECRETÁRIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, no uso de suas atribuições legais, com base no art. 35, II, "e" e "g" da Lei complementar Estadual nº 28/2003;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto nº 14.483, de 26 de maio de 2011, que institui, em seu Anexo II, o Guia de Fiscalização dos Contratos de Terceirização;

CONSIDERANDO que os contratos devem ser executados fielmente pelas partes de acordo com as cláusulas e normas da Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993.

RESOLVE:

Art. 1º Determinar a instituição de representantes da Administração, denominado Moisés Oliveira Filho como fiscal do Contrato nº 9912456470/2019, EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELEGRAFOS, para exercer o acompanhamento e a fiscalização da execução contratual, devendo informar ao Gestor do Contrato sobre eventuais vícios, irregularidades ou baixa qualidade dos serviços prestados pelo contrato, propor as soluções e as sanções que entender cabíveis para regularização das faltas e defeitos observados.

Publique-se

Cumpra-se

MERLONG SOBRINHO NOGUEIRA
SECRETARIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

Of. 121


GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
BIPARTITE

RESOLUÇÃO CIB-PI, Nº 022/2019

A Comissão Intergestores Bipartite do Piauí em sua 251ª Reunião Ordinária, realizada no dia 08 de fevereiro de 2019, em Teresina, no uso de suas atribuições legais e regimentais, considerando:

a) A apresentação em plenário feita pelo Diretor de Planejamento da SESAPI, José Elói Lamim Lages, das Propostas apresentadas ao Fundo Nacional de Saúde - FNS - tendo como fontes de recursos Emendas Parlamentares do Senador Ciro Nogueira, Nº 36000.2399132/01-800/INCREMENTO MAC/2018, no valor de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) tendo como Unidade beneficiadora a Secretaria Estadual da Saúde do Piauí - SESAPI, CNES 6300049.

RESOLVE:

1. Aprovar a Proposta de Emenda Parlamentar do Senador Ciro Nogueira, citada acima, apresentada ao Fundo Nacional de Saúde - FNS/ INCREMENTO MAC/2018, no valor total de R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais) beneficiando a Secretaria Estadual da Saúde do Piauí - SESAPI, para distribuição em Unidades de Saúde do Estado do Piauí, conforme relacionado abaixo:

Hospital de Oeiras (Hospital Deolindo Couto)	R\$ 500.000,00
Hospital de Luzilândia (Hospital Gerson Castel Branco)	R\$ 1.000.000,00
Hospital de Floriano (Hospital Regional Tibério Nunes)	R\$ 1.000.000,00
Total	R\$ 2.500.000,00

2. Encaminhar esta Resolução ao Ministério da Saúde para as devidas providências.

Teresina, 08 de fevereiro de 2019.

FLORENTINO ALVES VERAS NETO
Secretário de Estado da Saúde do Piauí e
Presidente da CIB-PI

LEOPOLDINA CIPRIANO FEITOSA
Secretária Municipal de Saúde de Capitão Gervásio Oliveira-PI
Presidente do COSEMS-PI

Of. 1287



LICITAÇÕES E CONTRATOS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ

EXTRATO DO CONTRATO Nº 9912456470/2019	
Contratante	SECRETARIA DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
CNPJ do Contratante	06.553.499/0001-40
Contratado	SUPERINTENDÊNCIA ESTADUAL DE OPERAÇÕES DO PIAUÍ - EMPRESA BRASILEIRA DE CORREIOS E TELÉGRAFOS
CNPJ do Contratado	34.028.316/0022-38
Resumo do Objeto do Contrato	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E VENDAS DE PRODUTOS
Prazo de Vigência	60(sessenta) meses
Prazo de Execução	60(sessenta) meses
Data de Assinatura do Contrato	11.03.2019
Valor Global	R\$ 75.000,00 (SETENTE E CINCO MIL REAIS)
Ação Orçamentária	2000
Natureza de Despesa	339039
Fonte de Recurso	00
Signatário do Contrato	Pela Contratante: MERLONG SOLANO NOGUEIRA Pela Contratada: NAUDENI MIRANDA PEREIRA e ADRIANE DE JESUS M. AZEDO

MERLONG SOLANO NOGUEIRA
SECRETARIO DE GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
Of. 121

EXTRATO DE CONTRATO

Contrato nº: 01/2019.

Origem: Processo Administrativo nº 001/2019.

Contratante: Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piripiri - APAE.

CNPJ: 35.146.612/0001-71.

Contratado: EDIMAR NASCIMENTO LEITE (N L CONSTRUÇÕES).

CNPJ: 15.613.506/0001-43.

Objeto: Contratação de empresa de engenharia para Reforma/Modernização das Salas Terapêuticas do Centro de Reabilitação Dr. Emílio Victório Filho (CER II), na sede da APAE de Piripiri - PI.

Valor Total: R\$ 17.434,21 (dezessete mil quatrocentos e trinta e quatro reais e vinte e um centavos).

Vigência: 135 dias.

Fonte de Recursos: Recursos Próprios.

Data da Assinatura: 14 de fevereiro de 2019.

Signatários do Contrato: Maristela Lina de Andrade Ribeiro pela CONTRATANTE e Edimar Nascimento Leite pela CONTRATADA.

Piripiri (PI), 14 de fevereiro de 2019.

P.P. 1078



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL TIBÉRIO NUNES-HRTN
FLORIANO-PI

O Hospital Regional Tibério Nunes vem ratificar as publicações abaixo:

Processo nº019/2019 – Inexigibilidade de licitação nº019/2019

Empresa: MEDICAL SERVICE **Objeto:** Angiotomografia.

Valor: 13.500,00 Fundamentação: Art.25 caput da Lei 8.666/93

Processo nº036/2019 – Inexigibilidade de licitação nº036/2019

Empresa: L & E CLINICA **Objeto:** Ressonância

Valor: 21.494,00 Fundamentação: Art.25 caput da Lei 8.666/93

Processo nº37/2019 – Dispensa de licitação nº037/2019

Empresa: MEDICAL SERVICE **Objeto:** Tomografias

Valor: 40.600,00 Fundamentação: Art.24 inc. IV da Lei 8.666/93

Processo nº047/2019 – Dispensa de licitação nº047/2019

Empresa: GE HOSPITALAR **Objeto:** Material buco maxilo

Valor: 1.290,00 Fundamentação: Art.24 inc. IV da Lei 8.666/93

Processo nº051/2019 – Dispensa de licitação nº051/2019

Empresa: 2MV DISTRIBUIDORA **Objeto:** Material hospitalar

Valor: 5.478,00 Fundamentação: Art.24 inc. IV da Lei 8.666/93

Processo nº101/2019 – Dispensa de licitação nº100/2019

Empresa: ALTERNATIVA **Objeto:** Medicamentos

Valor: 11.765,56 Fundamentação: Art.24 inc. IV da Lei 8.666/93

Processo nº050/2019 – Dispensa de licitação nº050/2019

Empresa: MED PLUS **Objeto:** Medicamentos

Valor: 42.681,00 Fundamentação: Art.24 inc. IV da Lei 8.666/93

Of. 046

UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE AVELINO LOPES-PI
AV. EUTÍMIO ALVES, 200 - CENTRO
AVELINO LOPES - PIAUÍ
C. N. P. J: 06.553.564/0095-18

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATO Nº01/2019

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 001/2019

ASSINATURA: 02 de janeiro de 2019

PUBLICADO EM: 04/01/2019, no mural da UMS, nos termos do Art. 28, Parágrafo Único da Constituição do Estado e lei Federal n. 8666/93.

CONTRATANTE: UNIDADE MISTA DE SAÚDE DE AVELINO LOPES, Órgão Público Estadual, Localizado na Av. Eutímio Alves, 174 – Centro – Avelino Lopes, Estado do Piauí, CNPJ/MF N.º 06.553.564/0095-18, neste ato representada pelo **Diretor Geral Sr. Francisco Assis de Sousa Neto**, portador do CPF n.º 471.792.101-10, residente em Avelino Lopes/PI.

CONTRATADO: JOCIONE SOARES DE SOUSA – ASSESSORIA CONTABIL, Rua Barroso, 1669 – Vermelha/Sul – Teresina – Piauí, brasileiro, C.P.F/MF. n.º 131.864.933-15, RG: 249.834 - SSP-PI, CRC/PI n.º 007174/P-7.

OBJETO: Prestação de Serviços Técnicos Especializados como Contador Junto ao Hospital Municipal de Avelino Lopes.

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 25, caput, c/c art. 13, III da Lei Federal n.º 8.666/93.

VALOR: R\$ 24.000,00 (vinte e quatro mil reais).

PROCESSO: 001/2019 **MODALIDADE:** INEXIGIBILIDADE

UNID. GESTORA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Of. 10



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR - HRCM

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 06/2019, QUE DECORREU DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 050/2019 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE CIRURGIA GERAL.

Nº DO CONTRATO: 06/2019

MODALIDADE DO CONTRATO: DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 24, V DA LEI FEDERAL 8.666/93.
CONTRATANTE: HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR – HRCM

CNPJ CONTRATANTE: 06.553.564/0006-42

CONTRATADA: MEDCAMP SOCIEDADE MÉDICA LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 32.798.292/0001-46

RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE CIRURGIA GERAL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (UM) ANO.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 01/03/2019

VALOR GLOBAL: R\$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS)

FONTE DE RECURSO: MAC/AIH/BPA/TESOURO/SESAPI - 339039

SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: CONTRATANTE: ROBERT DE SOUSA ALVES. CONTRATADO: MEDCAMP SOCIEDADE MÉDICA LTDA (ANTONIO JORDÉLIO PEREIRA PARENTE)

EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO Nº 07/2019, QUE DECORREU DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 051/2019 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE CIRURGIA GERAL.

Nº DO CONTRATO: 07/2019

MODALIDADE DO CONTRATO: DISPENSA DE LICITAÇÃO
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 24, V DA LEI FEDERAL 8.666/93.
CONTRATANTE: HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR – HRCM

CNPJ CONTRATANTE: 06.553.564/0006-42

CONTRATADA: MEDCAMP SOCIEDADE MÉDICA LTDA

CNPJ DO CONTRATADO: 32.798.292/0001-46

RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICO ESPECIALIZADO NA ÁREA DE CIRURGIA GERAL.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (UM) ANO.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 01/03/2019

VALOR GLOBAL: R\$ 120.000,00 (CENTO E VINTE MIL REAIS)

FONTE DE RECURSO: MAC/AIH/BPA/TESOURO/SESAPI - 339039

SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: CONTRATANTE: ROBERT DE SOUSA ALVES. CONTRATADO: MEDCAMP SOCIEDADE MÉDICA LTDA (ANTONIO CARLOS BANDEIRA E SILVA)

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

TERMO ADITIVO Nº 03/2019 DO CONTRATO Nº 015/2017, DO PREGÃO PRESENCIAL Nº 011/2017 – AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS E DESCARTÁVEIS.

CONTRATO: 015/2017

CONTRATANTE: HOSPITAL REGIONAL DE CAMPO MAIOR – HRCM

CNPJ CONTRATANTE: 06.553.564/0006-42

CONTRATADA: DIPALLIMP – DIST. DE PROD. ALIMENTÍCIOS E LIMPEZA LTDA - EPP

CNPJ CONTRATADO: 17.897.450/0001-21

RESUMO DO OBJETO DO ADITIVO: PRORROGAÇÃO DO PRAZO DO CONTRATO Nº 015/2017, CUJO OBJETO É A AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS NÃO PERECÍVEIS E DESCARTÁVEIS, ACORDAM OS PRESENTES PACTUANTES PELA PRORROGAÇÃO DO PRAZO DE VIGÊNCIA DO REFERIDO CONTRATO.

PRAZO DE VIGÊNCIA: 11/04/2019

DATA DA ASSINATURA DO ADITIVO: 11/02/2019

FONTE DE RECURSO: MAC/AIH/BPA/TESOURO/SESAPI - 339039

SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: CONTRATANTE: ROBERT DE SOUSA ALVES. CONTRATADO: DIPALLIMP – DIST. DE PROD. ALIMENTÍCIOS E LIMPEZA LTDA – EPP.

Of. 57

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO PEIXE AVISO DE LICITAÇÃO

A Pref. M. de S. José do Peixe - PI, realizará Pregão Presencial Nº 07/2019, TIPO: Menor preço; Adjudicação: GLOBAL. OBJETO: Contratação de empresa para fornecimento parcelado, de Gêneros Alimentícios para as Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação e Saúde. Recurso: ORÇAMENTO GERAL 2019/PNAE/FNDE/ FPM, ICMS/RECEITAS PRÓPRIAS/ FMAS/ UMS – HPP HOSPITAL/FUS/SUS/CRAS/IGD-SUAS/IGD-PBF/SCFV. Abertura: 29/03/2019 às 10:00h., na sede da Prefeitura Praça Helvídio Nunes, 405, CEP: 64.555-000, São José do Peixe – PI.

A Pref. M. de S. José do Peixe - PI, realizará Pregão Presencial Nº 08/2019, TIPO: Menor preço; Adjudicação: GLOBAL. Objeto: Contratação de empresa para fornecimento de material de higiene e limpeza para Prefeitura Municipal/Secretarias Municipais de Assistência Social, Educação, Administração e Saúde. Recurso: ORÇAMENTO GERAL 2019/ FPM/ICMS/RECEITAS DIVERSAS/FUS /PAB/ UMS/ HOSPITAL/ COFINCIAMENTO/ CUSTEIO/QSE/FME/FMAS/ IGD SUAS/IGD-PBF/SCFV. Abertura: 29/03/2019 às 11:00h., na sede da Prefeitura Praça Helvídio Nunes, 405, CEP: 64.555-000, São José do Peixe – PI.

A Pref. M. de S. José do Peixe - PI, realizará Pregão Presencial Nº 09/2019, TIPO: Menor preço; Adjudicação: POR ITEM. OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de 01 trator e 01 grade aradora para Prefeitura Municipal de São José do Peixe. Recurso: Orçamento Geral 2019/ proposta 048204/2018/ GOV. Federal/Min. Agricultura/ FPM/ICMS/RECEITAS DIVERSAS. Abertura: 29/03/2019 às 12:00h., na sede da Prefeitura Praça Helvídio Nunes, 405, CEP: 64.555-000, São José do Peixe – PI.

São José do Peixe – PI, 14/03/2019.

Maria Jodyleia Lopes Monteiro
Pregoeira.

P.P. 1080



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
INSTITUTO DE TERRAS DO PIAUÍ - INTERPI

ATO DE RATIFICAÇÃO

Analisando a exposição dos motivos contidos na peça de **Justificativa de Inexigibilidade nº 001/2019**, apresentada pela Comissão Permanente de Licitação deste INTERPI, referente ao **Processo Administrativo Nº AA.071.1.008154/19-42 E AA.071.1.008166/19-67, RATIFICO-A**, visando à autorização para pagamento da taxa de inscrição para participação de 02 (dois) servidores e 01 (um) consultor do INTERPI, e o Corregedor Geral - CGJ, na 20ª Conferência Anual sobre Terra e Pobreza, entre os dias 25 e 29 de março de 2019 em Washington, DC, EUA, na sede do Banco Mundial. Em favor, **BANCO MUNDIAL - BIRD**, no valor total de US\$ 4.000,00 (quatro mil dólares), com base no **art. 25, caput, da Lei de nº 8.666/93**.

Cumpra-se na forma da Lei,

Teresina, 14 de Março de 2019

HÉBERT BUENOS AIRES DE CARVALHO

Secretário de Regularização Fundiária
Diretor Geral - INTERPI

Of. 104

ESTADO DO PIAUÍ
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO SANTOS

Procedimento Administrativo nº 012/2019
Pregão Presencial nº 010/2019
AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para contratação de pessoa física ou jurídica para fornecimento de refeições lanches.

DESTINADO: A Prefeitura Municipal de Francisco Santos – PI, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social.

DO EDITAL: Pode ser adquirido por qualquer pessoa interessada, no setor de Licitação.

OBS.: trazer consigo 01 CD ou Pen Drive para a cópia.

RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES COM AS PROPOSTAS E AS DOCUMENTAÇÕES: 28 de março de 2019 às 08h00min.

LOCAL DOS EVENTOS E RETIRADA DO EDITAL: Setor de Licitação, na Praça Licínio Pereira nº 24, Centro de Francisco Santos – PI.

INFORMAÇÕES: Pode ser obtido no endereço supra citado 07:30 às 12:00 horas, ou pelo Fone/Fax (89) 3450-1174 e no e-mail: licitacoes@franciscosantos.pi.gov.br

ESPECIE: Licitação na modalidade Pregão Presencial, Tipo, menor preço valor por item, que objetiva a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de pessoa física ou jurídica para fornecimento de refeições e lanches, destinados à Prefeitura Municipal de Francisco Santos – PI, Secretaria Municipal de Educação, Secretaria Municipal de Saúde e Secretaria Municipal de Assistência Social.

FONTES DE RECURSOS: 001, 214 e 311.

VALOR PREVISTO: R\$ 305.862,00 (trezentos e cinco mil oitocentos e sessenta e dois reais).

Francisco Santos – PI, 14 de março de 2019.

MANOEL EDILBERTO DA SILVA
Pregoeiro Oficial do Município de Francisco Santos – PI.

Procedimento Administrativo nº 013/2019.
Pregão Presencial nº 011/2019.
AVISO DE LICITAÇÃO

OBJETO: Escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para fornecimento de peças, materiais, equipamentos de informática e serviços de manutenção.

DESTINADO: A Prefeitura Municipal de Francisco Santos - PI, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação.

DO EDITAL: Pode ser adquirido por qualquer empresa interessada, no setor de Licitação.

OBS.: trazer consigo 01 CD ou Pen Drive para a cópia.

RECEBIMENTOS DOS ENVELOPES COM AS PROPOSTAS E AS DOCUMENTAÇÕES: 28 de março de 2018 às 10h30min.

LOCAL DOS EVENTOS E RETIRADA DO EDITAL: Setor de Licitação, na Praça Licínio Pereira nº 24, Centro de Francisco Santos – PI.

INFORMAÇÕES: Pode ser obtido no endereço supra citado 07:30 às 12:00 horas, ou pelo Fone/Fax (89) 3450-1174 e no e-mail: licitacoes@franciscosantos.pi.gov.br

ESPECIE: Licitação na modalidade Pregão Presencial, Tipo, menor preço valor por lote, que objetiva a escolha da proposta mais vantajosa para contratação de empresa para fornecimento de peças, materiais, equipamentos de informática e serviços de manutenção, destinados à Prefeitura Municipal de Francisco Santos – PI, Secretaria Municipal de Saúde, Secretaria Municipal de Assistência Social e Secretaria Municipal de Educação.

FONTES DE RECURSOS: 001, 120, 214 e 311.

VALOR PREVISTO: R\$ 207.497,00 (duzentos e sete mil quatrocentos e noventa e sete reais).

Francisco Santos – PI, 14 de março de 2019.

MANOEL EDILBERTO DA SILVA
Pregoeiro Oficial do Município de Francisco Santos – PI.

P.P. 1077



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL ESTADUAL DR JULIO HARTMAN - HEJH

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

Nº DO CONTRATO: 08/2019

MODALIDADE DO CONTRATO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇO POR PRAZO DETERMINADO

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: ART. 37, IX, CF: “A LEI ESTABELECE A OS CASOS DE CONTRATAÇÃO POR PRAZO DETERMINADO PARA ATENDER A NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO”

CONTRATANTE: HOSPITAL ESTADUAL DR JULIO HARTMAN – HEJH

CNPJ CONTRATANTE: 06.553.564/0003-08

CONTRATADA: MEDCAMP SOCIEDADE MEDICAL LTDA

CNPJ. DO CONTRATADO: 32.798.292/0001-46

RESUMO DO OBJETO DO CONTRATO: CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS MÉDICOS

PRAZO DE VIGÊNCIA: 01 (UM) ANO.

DATA DA ASSINATURA DO CONTRATO: 01/02/2019

VALOR GLOBAL: R\$ 2.200,00 (DOIS MIL E DUZENTOS REAIS), POR PLANTÃO.

FONTE DE RECURSO: MAC/AIH/BPA/TESOURO/SESAPI - 339039

SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: CONTRATANTE: DAVYD TELES BASILIO. CONTRATADO: MEDCAMP SOCIEDADE MEDICAL LTDA (ANTONIO JORDELIO PEREIRA PARENTE)

Of. 36



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
AGÊNCIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO ESTADO DO PIAUÍ/ ATI

EXTRATO DO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 040/2016.

PROCESSO ADMINISTRATIVO: AA.002.1.006400/16-20.

CONTRATANTE: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí/ ATI.

CNPJ: Nº 08.839.135/0001-57.

CONTRATADA: Intelit Processos Inteligentes Ltda.

CNPJ: Nº 10.682.187/0001-04.

FUNDAMENTO LEGAL: Pregão Eletrônico Nº 014/2016 – DL/SLC/ SEADPREV/ATI. Contrato em conformidade com Lei nº 8.666/93 e a Resolução CGFR Nº 04/2018.

OBJETO DO ADITIVO: Constitui objeto do presente Termo Aditivo a redução do valor inicial atualizado do contrato em termos percentuais 6% (seis por cento), ficando o valor do contrato em reais R\$ 153.140,00 (cento e cinquenta e três mil e cento e quarenta reais).

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2019.

SIGNATÁRIOS DO CONTRATO:

Pela Contratante: Avelino Medeiros da Silva Filho.

Pela Contratada: Alexandre de Sousa Trindade.

Avelino Medeiros da Silva Filho
Diretor Geral da ATI

EXTRATO DO TERMO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 026/2015.

CONTRATANTE: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí/ ATI.

CNPJ: Nº 08.839.135/0001-57.

CONTRATADA: Intelit Processos Inteligentes Ltda.

CNPJ: Nº 10.682.187/0001-04.

FUNDAMENTO LEGAL: Contrato em conformidade com Lei nº 8.666/93.

OBJETO: Suspensão do contrato de prestação de serviços técnicos de Tecnologia da Informação e Comunicação – TIC - planejamento,



implantação, administração, manutenção, suporte e operação do ambiente tecnológico dos órgãos atendidos pela Agência de Tecnologia da Informação, através da central de atendimento da ATI a que este Termo se refere pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, ficando a vigência contratual prorrogada por igual prazo.

DATA DA ASSINATURA: 08 de dezembro de 2018.

SIGNATÁRIOS DO CONTRATO:

Pela Contratante: Avelyno Medeiros da Silva Filho.

Pela Contratada: Alexandre de Sousa Trindade

Avelyno Medeiros da Silva Filho
Diretor Geral da ATI

EXTRATO DO TERMO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 040/2016.

CONTRATANTE: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí/ ATI.

CNPJ: Nº 08.839.135/0001-57.

CONTRATADA: Intelit Processos Inteligentes Ltda.

CNPJ: Nº 10.682.187/0001-04.

FUNDAMENTO LEGAL: Contrato em conformidade com Lei nº 8.666/93.

OBJETO: Suspensão do contrato de fornecimento de produtos Oracle (licenças de software, hardware, serviços e treinamentos), incluindo atualizações de versão, implantação e fornecimento de serviços de suporte a que este Termo se refere pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, ficando a vigência contratual prorrogada por igual prazo.

DATA DA ASSINATURA: 22 de novembro de 2018.

SIGNATÁRIOS DO CONTRATO:

Pela Contratante: Avelyno Medeiros da Silva Filho.

Pela Contratada: Alexandre de Sousa Trindade.

Avelyno Medeiros da Silva Filho
Diretor Geral da ATI

EXTRATO DO TERMO DE SUSPENSÃO AO CONTRATO Nº 022/2015.

CONTRATANTE: Agência de Tecnologia da Informação do Estado do Piauí/ ATI.

CNPJ: Nº 08.839.135/0001-57.

CONTRATADA: IT Tecnologia e Informação Ltda.

CNPJ: Nº 00.608.881/0001-28

FUNDAMENTO LEGAL: Contrato em conformidade com Lei nº 8.666/93.

OBJETO: Suspensão do Contrato de Manutenção e Adaptação dos sites e equipamentos que compõem a rede de dados da ATI/PI, a que este Termo se refere pelo prazo de 120 (cento e vinte) dias, ficando a vigência contratual prorrogada por igual período.

DATA DA ASSINATURA: 05 de novembro de 2018.

SIGNATÁRIOS DO CONTRATO:

Pela Contratante: Avelyno Medeiros da Silva Filho.

Pela Contratada: Raimundo Nonato Costa Evangelista.

Avelyno Medeiros da Silva Filho
Diretor Geral da ATI
Of. 0116



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL PSIQUIÁTRICO AREOLINO DE ABREU

JUSTIFICATIVA

O presente instrumento de justificativa se presta a cumprir o contido no Art. 24, inciso IV e parágrafo do Art. 26 da Lei 8.666/93 de licitação.

I – Objeto: Contratação de empresa especializada em coleta de lixo extradomiciliar (resíduos sólidos), transporte e destinação final do lixo do Hospital Areolino de Abreu – H.A.A., com quantidade estimada de 30 containers de 1,5m³ recolhidos por mês, no valor de R\$ por cada container.

II – Caracterização da Situação Emergencial que Justifica a Dispensa: Tendo em vista a inexistência de contrato para prestação de serviço de coleta de lixo hospitalar (resíduos sólidos), haja visto que estes não podem deixar de serem recolhidos, sendo uma exigência da Vigilância Sanitária e um risco a saúde pública.

Tendo em vista que a prestação de serviço de coleta, transporte e destinação do lixo (resíduos sólidos) extradomiciliar gerado por este hospital era de responsabilidade da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano e Habitação (SEMDUH).

Tendo em vista que esta prestação de serviço de coleta, transporte e destinação do lixo extradomiciliar gerado pelo H.A.A., deixou de ser executado pela Prefeitura Municipal de Teresina, através da SEMDUH, uma vez que tal demanda enquadra-se na Lei Municipal nº 4.974 de 26/12/2016, ficando assim o hospital sem a referida prestação de serviço. (segue anexo, comunicado).

Destarte, manter a regularidade de tais serviços para que não ocorra danos a saúde dos profissionais, pacientes e a população.

Assim sendo a necessidade do objeto, não podendo ter dúvidas da real urgência desta prestação de serviço, viemos buscar a lei de licitação, uma forma rápida de atendimento em que a situação requer. Uma forma rápida e escolhida até que a situação seja resolvida de forma definitiva por parte da Secretaria de Saúde – SESAPI, foi a dispensa de licitação.

É sabido que compras e contratações de serviços públicos, via de regra devem ser precedidos por licitação, contudo o mesmo dispositivo constitucional (Art. 37, XXXI, CF/88) faz ressalva a situações previstas em lei que suas peculiaridades, dispensam ou inexistam a instauração de procedimento licitatório.

Situações como essas excluem a necessidade de capacitação, seja em razão de questões técnicas, ou de certas exclusividades, ou ainda por necessidade de atendimento a uma situação qualquer, ou seja, situações circunstanciais.

Assim o Art. 24, IV da Lei 8.666/93, aponta a possibilidade de dispensa de licitação para os casos de emergência ou calamidade pública quando caracterizada urgência de atendimento de situações que possa ocasionar prejuízo ou comprometer a segurança das pessoas, dos serviços, equipamentos e outros bens públicos ou particulares e somente para os bens necessários ao atendimento da situação emergencial ou calamitosa e para as parcelas de obras e serviços que possam ser concluídos no prazo máximo de 180 (cento e oitenta) dias consecutivos e ininterruptos, contados da ocorrência da emergência ou calamidade, vedada a prorrogação dos respectivos contratos.

Vê-se então as razões apresentadas por este Hospital, que a impossibilidade de realização de licitação, uma vez que a prestação de coleta de lixo não podem ser interrompida, por serem públicos essenciais inadiáveis, não havendo tempo hábil para a realização de uma licitação, bem como a inexistência de contrato com uma empresa especializada para a prestação de serviços do objeto em epígrafe através da Secretaria de Estado da Saúde do Piauí - SESAPI, pois encontra-se em andamento e na fase de construção de um termo de referência, surgindo assim, uma situação emergencial.

Teresina(PI), 28 de fevereiro de 2019.

Washington Luis Leite de Carvalho Júnior
Diretor Administrativo Financeiro

Ralph Webster Cavalcante Trajano
Diretor Geral
Of. 112

CONVÊNIO Nº 001/2019

CONVÊNIO QUE ENTRE SI CELEBRAM ÁGUAS DE TERESINA SANEAMENTO S.P.A. e A DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ.

ÁGUAS DE TERESINA SANEAMENTO S.P.A., pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 27.157.474/0001-06, com sede na Avenida Odilon Araújo nº 1035, Bairro Piçarra, na Cidade de Teresina, Estado do Piauí, neste ato representada na forma do seu estatuto social, doravante denominada simplesmente **CONCEDENTE** e a **DELEGACIA GERAL DE POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO PIAUÍ**, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 06.553.549/0027-29, com sede na Praça Saraiva, s/nº, Bairro Centro, Cep: 64001-200, na Cidade de Teresina, Estado do Piauí, por seus representantes legais ao fim assinados, doravante denominada simplesmente **CONVENIENTE**, resolvem firmar o presente CONVÊNIO, em conformidade com o art. 116 da Lei Federal nº 8.666/1993 e suas alterações posteriores, mediante as cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS DOCUMENTOS

1.1. É parte integrante deste convênio, independentemente de transcrição e anexação e terão plena validade, os seguintes documentos:

a) Processo de convênio Nº 001/2019;

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETIVO

2.1. Constitui-se objeto deste convênio entre a **CONCEDENTE** e a **CONVENIENTE** desenvolver ações conjuntas visando ao combate à utilização clandestina de água e a consequente evasão fiscal, bem como a proteção e a segurança da sociedade, relativamente às condutas que envolvem o uso irregular de água, tipificadas pela legislação criminal em vigor (art.155 e 171 do código penal, por exemplo), por tratar-se de crimes de ação pública incondicionada que reclamam do Estado o desenvolvimento de constante atividade repressiva.

CLÁUSULA TERCEIRA - DESCRIÇÃO DO PLANO DE TRABALHO

3.1. O plano de trabalho obedecerá ao seguinte procedimento:

I - Identificação da Irregularidade: A **CONCEDENTE**, através de sua Comissão de Recuperação de Perdas, utilizando-se de ferramentas tais como: sistema de faturamento, denúncias emanadas de terceiros, inspeções in loco ou outro meio lícito de detecção da irregularidade, identificará os consumidores a serem inspecionados.

II - Solicitação de Presença Policial: A **CONCEDENTE**, através de sua Comissão de Recuperação de Perdas, irá comunicar a GRECO previamente ou emergencialmente a necessidade de presença policial nos casos de suspeita de fraude/desvio.

III - Inspeções com presença policial:

a) A **CONCEDENTE** se encarregará de realizar as inspeções necessárias para caracterização da irregularidade, executando procedimento operacional padrão com emissão do Termo de Ocorrência de Irregularidade - TOI.

b) O perito ou agente policial presente no local se encarregará da coleta de dados e acompanhamento da inspeção, levantando subsídios para caracterização e elaboração de laudo pericial de comprovação da fraude/desvio.

c) Em casos de inspeções que resultem em prisão em flagrante delito, a pedido da GRECO a **CONCEDENTE**, através de seu representante legal, acompanhará a autoridade policial até a Delegacia para tomar conhecimento da Lavratura do Auto de Prisão.

d) A pedido da GRECO, a **CONCEDENTE** encaminhará os documentos referentes ao processo de irregularidade como: ordem de serviço - OS, TOI - Termo de Ocorrência de Irregularidade, e outros que se considerem necessários ao registro da ocorrência no âmbito da SSP-PI e lavrado Boletim de Ocorrência policial caracterizando o crime, juntamente com o Laudo Pericial.

IV - Inspeções sem presença policial:

a) A **CONCEDENTE** se encarregará de realizar as inspeções necessárias para caracterização da irregularidade, executando procedimento operacional padrão com emissão do Termo de Ocorrência de Irregularidade - TOI.

b) Quando necessário, a **CONCEDENTE** encaminhará para a GRECO os documentos referentes ao processo de irregularidade como: Ordem de Serviço - OS, TOI - Termo de Ocorrência de Irregularidade, fotos, vídeos e outras evidências pertinentes, para que seja registrada a Ocorrência no âmbito da SSP-PI e lavrado Boletim de Ocorrência Policial.

V - Continuação da Apuração do Crime: A GRECO será responsável pelo prosseguimento do processo de apuração do Crime bem como posterior encaminhamento do inquérito ao Ministério Público.

CLÁUSULA QUARTA - AMPARO LEGAL

4.1. A presente contratação encontra amparo no art. 116 da Lei Federal nº 8.666/93.

4.1.1. Não há viabilidade do viés competitivo para a contratação em tela.

4.1.2. O Convênio derivado do Projeto Básico consistirá em acordo ou ajuste com órgão ou entidade da administração pública estadual, visando a realização de projeto, atividade, serviço, aquisição de bens ou evento de interesse recíproco, em regime de mútua cooperação.

CLÁUSULA QUINTA - DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. As ações previstas no presente Convênio serão executadas na zona urbana do Município de Teresina.

CLÁUSULA SEXTA - DOS RECURSOS FINANCEIROS

6.1. Os recursos serão oriundos da receita operacional da **CONCEDENTE** e estão contemplados no orçamento de custeio, referente ao exercício financeiro de 2019, cujo item orçamentário é XXXX – Combate à Fraude.

CLÁUSULA SÉTIMA - DO PRAZO DE EXECUÇÃO

7.1. O prazo de execução será de 12 (doze) meses, contados da assinatura presente instrumento, admitida prorrogação, se for de interesse das Partes.

CLÁUSULA OITAVA - DA AVALIAÇÃO DOS CUSTOS

8.1. O custo estimado total do presente Convênio é de R\$ 120.000,00 (cento e vinte mil reais).

CLÁUSULA NONA - DOS CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO CONVÊNIO

9.1. O cumprimento do presente convênio será avaliado mediante a apresentação dos seguintes documentos:

- Boletins de Ocorrência;
- Ordens de serviço da fiscalização;
- Laudos Periciais;
- Relatório de segurança emitido pelos inspetores de segurança lotados.



CLÁUSULA DEZ - DO PRAZO DE VIGÊNCIA

10.1. A vigência deste Convênio será de 12 (doze) meses, contados da assinatura deste instrumento, admitida prorrogação, se de interesse de ambas as partes.

CLÁUSULA ONZE - DAS OBRIGAÇÕES DA CONVENIENTE (SECRETARIA DE SEGURANÇA PÚBLICA)

11.1. Executar os serviços conforme especificações do Projeto Básico, com os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas.

11.1.1 Caberá à CONVENIENTE:

a) Determinar ao Grupo de Repressão ao Crime Organizado – GRECO a atribuição para investigar, com exclusividade, na zona urbana de Teresina/PI, os crimes que tenham a administração e os serviços prestados pela CONCEDENTE, com alvos de ações criminosas, nestas incluídas as de utilização irregular de água.

b) Designar peritos do quadro de carreira do instituto de criminalística para comporem a equipe do Grupo de Repressão ao crime Organizado – GRECO, incumbidos de prestarem serviços de perícias técnicas especializadas, vistorias, laudos e relatórios; requisitados pela autoridade policial, necessários à prova material dos ilícitos penais de utilização irregular de água, nos locais de fiscalização.

c) Prestar os serviços por meio de profissionais habilitados e com conhecimentos necessários do objeto a ser executado, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

d) Orientar seus empregados a somente adentrar as instalações físicas da CONCEDENTE para a execução dos serviços se estiverem devidamente identificados por meio de crachá.

e) Instruir seus empregados quanto a necessidade de acatar a orientações da CONCEDENTE, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, quando for o caso.

f) relatar ao Gestor/Fiscal do Convênio toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer da prestação dos serviços.

g) manter, durante toda a execução do Convênio, compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de qualificação exigidas para o perfeito cumprimento do seu objeto.

h) Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, a obrigações assumidas.

CLÁUSULA DOZE - OBRIGAÇÕES DA CONCEDENTE

12.1. Dos equipamentos e materiais a serem disponibilizados pela CONCEDENTE:

a) Fornecer à equipe 01 (uma) viatura para atendimento dos serviços das unidades móveis, arcando com todo o seu custo de manutenção.

b) Fornecer ao Grupo de Repressão ao crime Organizado – GRECO, 01 (um) microcomputador equipado com uma impressora e fotocopadora laser, para o suporte no funcionamento, à equipe responsável pela apuração dos crimes praticados em face da CONCEDENTE.

c) Fornecer o combustível para abastecimento da viatura da CONVENIENTE, a serviço da equipe responsável pela apuração dos crimes praticados em face da CONCEDENTE.

d) Disponibilizar uma linha telefônica móvel, para apuração dos crimes praticados em face da CONCEDENTE, arcando com seu custo mensal.

e) Fornecer o material de expediente, para o consumo mensal ao Grupo de Repressão ao crime organizado – GRECO, limitando-se a 05 (cinco) resmas de papel ofício, 01 (toner) para a impressora e 30 (trinta) capas de processos.

f) Proporcionar todas as condições para que a CONVENIENTE possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Convênio.

g) Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONVENIENTE, de acordo com as cláusulas contratuais.

h) Notificar a CONVENIENTE por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução do Convênio, fixando prazo para a sua correção.

i) Zelar para que durante toda a vigência do Convênio sejam mantidas, em compatibilidade com as obrigações assumidas pela CONVENIENTE, todas as condições de qualificação exigidas.

j) Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da CONVENIENTE, através de empregado especialmente designado.

k) Efetuar os pagamentos no prazo previsto.

l) Prestar à CONVENIENTE quaisquer esclarecimentos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas por meio deste Convênio.

CLÁUSULA TREZE - DOS REPASSES FINANCEIROS

13.1. Os repasses financeiros serão efetuados mensalmente, no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais), em face das despesas necessárias à perfeita execução das atividades objeto deste Convênio.

CLÁUSULA QUATORZE - DA RESCISÃO

14.1. Este convênio poderá ser rescindido mediante notificação, com antecedência mínima de 60 (sessenta) dias da data em que a parte interessada pretende efetivar a rescisão.

14.2. A rescisão não deverá prejudicar as atividades em fase de execução, responsabilizando as partes pelos encargos assumidos até a data da rescisão.

14.3. A rescisão do Convênio poderá ocorrer nas hipóteses de inexecução total ou parcial do Convênio, ou por qualquer dos motivos elencados no art. 78 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14.4. A rescisão do convênio poderá ocorrer nos moldes do art. 79 e 90 da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

14.5. Nos casos de rescisão administrativa prevista no Art. 77 da Lei Federal 8.666/93 e suas alterações posteriores ficam reconhecidos os direitos da CONCEDENTE.

CLÁUSULA QUINZE - DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONVÊNIO

15.1. A Gestão e a fiscalização deste Convênio o serão exercidas por representantes da CONCEDENTE, aos quais competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do convênio.

15.1.1. A gestão e a fiscalização do Convênio de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da CONVENIENTE, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da CONCEDENTE ou de seus agentes e prepostos, em conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666/1993.

CLÁUSULA DEZESSEIS - DAS QUESTÕES SUSTENTÁVEIS

16.1. A Conveniente declara conhecer e compromete-se a respeitar, cumprir e fazer cumprir o Código de Conduta da CONCEDENTE, que se encontra disponível no endereço eletrônico <http://www.aegea.com.br/arquivos/codigo-conduta.pdf>.



16.2. A corrupção em qualquer de suas formas é repudiada e combatida em todas as atividades e operações da CONCEDENTE, através de práticas rigorosas, assegurando-se um canal confidencial para o recebimento de denúncias e mantendo-se procedimentos formais de controle, apuração e responsabilidades sobre eventuais transgressões.

16.3. É reconhecido e assegurado o direito à livre associação e sindicalização dos empregados, respeitando e valorizando sua participação nesses grupos, sendo vedada qualquer prática de discriminação com relação a empregados associados e sindicalizados.

16.4. As relações da CONCEDENTE são referenciadas pela honestidade, integridade, justiça, equidade, verdade, coerência entre o discurso e a prática e manifestam-se no respeito às diferenças e diversidades de condições étnicas, religiosas, sociais, cultural, linguística, política, estética, etária, física, mental e psíquica, de gênero, de orientação sexual e outras, não se admitindo e sendo combatidas quaisquer formas de discriminação.

16.5. Não são toleradas quaisquer situações de assédio sexual e moral ou situações que configurem pressões, intimidações e ameaças.

16.6. Diante do compromisso com princípios e direitos fundamentais nas relações de trabalho, a CONCEDENTE exige um perfil ético da CONVENIENTE nas práticas de gestão e de responsabilidade socioambiental, repudiando e combatendo a exploração sexual de crianças e adolescentes, práticas de trabalho infantil, trabalho forçado ou compulsório, inclusive na cadeia produtiva de seus colaboradores.

16.7. O uso racional das fontes renováveis e eficiência energética e hídrica na relação contratual deverão ser fielmente observados.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - DISPOSIÇÕES ANTICORRUPÇÃO

17.1. As partes se obrigam, sob as penas previstas na legislação aplicável, a observar e cumprir rigorosamente todas as normas cabíveis, incluindo a Lei Brasileira Anticorrupção, assim como as normas e exigências constantes das políticas internas da CONCEDENTE ("Política Anticorrupção").

17.2. As partes declaram e garantem que não estão envolvidas ou irão se envolver, direta ou indiretamente, por seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, parte relacionada, durante o cumprimento das obrigações previstas neste Convênio, em qualquer atividade ou prática que constitua uma infração aos termos das Leis Anticorrupção.

17.3. As partes declaram e garantem que não se encontram, assim como seus representantes, administradores, diretores, conselheiros, sócios ou acionistas, assessores, consultores, direta ou indiretamente (i) sob investigação em virtude de denúncias de suborno e/ou corrupção; (ii) no curso de um processo judicial e/ou administrativo ou foram condenados ou indiciados sob a acusação de corrupção ou suborno; (iii) listados em alguma entidade governamental, tampouco conhecidos ou suspeitos de práticas de terrorismo e/ou lavagem de dinheiro; (iv) sujeitos a restrições ou sanções econômicas e de negócios por qualquer entidade governamental; e (v) banidos ou impedidos, de acordo com qualquer lei que seja imposta ou fiscalizada por qualquer entidade governamental.

17.4. As partes obrigam-se a manter livros, contas, registros e faturas precisos e concordam que, se considerarem necessário, uma parte terá o direito de, direta ou indiretamente, com o auxílio de terceiros

que venha a indicar, auditar os livros, contas, registros, faturas e documentação de suporte que embasem quaisquer pagamentos, para verificar o cumprimento do disposto nas Leis Anticorrupção e também na Política Anticorrupção, sendo que a outra parte irá cooperar totalmente no curso de qualquer auditoria, obrigando-se a apresentar as informações e documentos eventualmente necessários, sempre que solicitados.

17.5. O não cumprimento, pelas partes, das Leis Anticorrupção e/ou da Política Anticorrupção será considerada uma infração grave a este Convênio e conferirá à outra parte o direito de, agindo de boa-fé, declarar rescindido imediatamente este instrumento, sem qualquer ônus ou penalidade, sendo a parte infratora responsável pelas perdas e danos eventualmente causados, nos termos de lei aplicável.

17.6. As partes declaram que, direta ou indiretamente, não ofereceram, prometeram, pagaram ou autorizaram o pagamento em dinheiro, deram ou concordaram em dar presentes ou qualquer coisa de valor e, durante a vigência deste Convênio, não irão ofertar, prometer, pagar, ou autorizar o pagamento em dinheiro, dar ou concordar em dar presentes ou qualquer coisa de valor a qualquer pessoa ou entidade, pública ou privada, com o objetivo de beneficiar ilicitamente a outra parte e/ou seus negócios.

17.7. As partes declaram que, direta ou indiretamente, não irão receber, transferir, manter, usar ou esconder recursos que decorram de qualquer atividade ilícita, bem como não irão contratar como empregado ou de alguma forma manter relacionamento profissional com pessoas físicas ou jurídicas envolvidas com atividades criminosas, em especial as Leis Anticorrupção, lavagem de dinheiro, tráfico de drogas e terrorismo.

17.8. Uma parte notificará prontamente, por escrito, a outra parte, a respeito de qualquer suspeita de violação do disposto nas Leis Anticorrupção e/ou na Política Anticorrupção, e ainda de participação em práticas de suborno ou corrupção, assim como o descumprimento de qualquer declaração prevista nesta Cláusula.

CLÁUSULA DEZOITO - DO FORO

18.1. As partes convenientes escolhem a elegem o foro da comarca de Teresina, Estado do Piauí, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimirem quaisquer dúvidas decorrentes deste Convênio.

E por estarem justas e acertadas as partes convenientes, por seus respectivos representantes legais, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma juntamente com as testemunhas signatárias abaixo, para que produzam seus efeitos legais e jurídicos.

Teresina (PI), 01 de janeiro de 2019.

Secretário de Segurança Pública do Piauí

Delegado Geral da Polícia Civil do Estado do Piauí

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. - Diretor Presidente

Águas de Teresina Saneamento SPE S.A. - Diretor Executivo
Of. 575



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV

ERRATA DO EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2018

CORREÇÃO DO CNPJ DO CO - CONTRATANTE

ONDE SE LÊ:

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2018	
Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV-PI
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Co - Contratante	VICE-GOVERNADORIA
CNPJ do Co - Contratante	06.553.481/0001-53
Contratado	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI EPP
CNPJ do Contratado	12.039.966/0001-11
Resumo do objeto do Aditivo	Prorrogação do prazo de vigência e alteração da Taxa de Desconto do contrato nº 26/2018, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de gerenciamento de unidades consumidoras, com utilização de cartão magnético e com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustível para frota, máquinas e equipamentos pertencentes ou sob-responsabilidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.
Prazo de vigência	16/02/2019 até 16/02/2020
Prazo de execução	-
Data de assinatura do Aditivo	11/02/2019
Valor global	R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)
Ação orçamentária	2000
Natureza de Despesa	339030
Fontes de Recursos	0100001001
Signatários do contrato	Pela Contratante: JOSÉ RICARDO PONTES BORGES Pela Co - Contratante: MARIA REGINA SOUSA Pela Contratada: MARCELO DE OLIVEIRA LIMA

LEIA-SE:

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2018	
Contratante	SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA-SEADPREV-PI
CNPJ do Contratante	06.553.481/0003-00
Co - Contratante	VICE-GOVERNADORIA
CNPJ do Co - Contratante	06.553.481/0006-53
Contratado	LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI EPP
CNPJ do Contratado	12.039.966/0001-11
Resumo do objeto do Aditivo	Prorrogação do prazo de vigência e alteração da Taxa de Desconto do contrato nº 26/2018, cujo objeto é a contratação de pessoa jurídica especializada na prestação de serviço de gerenciamento de unidades consumidoras, com utilização de cartão magnético e com fornecimento contínuo e ininterrupto de combustível para frota, máquinas e equipamentos pertencentes ou sob-responsabilidade dos órgãos e entidades do Poder Executivo Estadual.

Prazo de vigência	16/02/2019 até 16/02/2020
Prazo de execução	-
Data de assinatura do Aditivo	11/02/2019
Valor global	R\$ 90.000,00 (noventa mil reais)
Ação orçamentária	2000
Natureza de Despesa	339030
Fontes de Recursos	0100001001
Signatários do contrato	Pela Contratante: JOSÉ RICARDO PONTES BORGES Pela Co - Contratante: MARIA REGINA SOUSA Pela Contratada: MARCELO DE OLIVEIRA LIMA

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA - SEADPREV

ERRATA DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 26/2018

CORREÇÃO DO CNPJ DO CO CONTRATANTE

ONDE SE LÊ:

O ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO PIAUÍ - SEADPREV, CNPJ nº 06.553.481/0003-00, com sede, na Avenida Pedro Freitas, s/nº, bloco 1, Centro Administrativo, CEP 64.018-900, Teresina-PI, representado neste ato por seu secretário, **JOSÉ RICARDO PONTES BORGES**, brasileiro, CPF nº 239.878.393-68, RG nº 712.850-SSP/PI, domiciliado na Avenida Pedro Freitas, s/nº, bloco 1, Centro Administrativo, CEP 64.018-900, Teresina-PI, doravante denominado **CONTRATANTE**, bem como a **VICE GOVERNADORIA DO ESTADO DO PIAUÍ**, com sede na Rua Paissandú, nº 1456, Centro, Teresina-PI, CEP: 64001-120, CNPJ 06.553.481/0001-53, representado neste ato por **MARIA REGINA SOUSA**, residente e domiciliado em Teresina-PI, doravante denominado **CO-CONTRATANTE**, e a **EMPRESA LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ: 12.039.966/0001-11, estabelecida na Rua Rui Barbosa, 449 – Sala – 03 – Buri – SP, CEP 18.290.000, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato legalmente representada pelo Sr. **MARCELO DE OLIVEIRA LIMA**, inscrito no CPF/MF 310.580.618-01 e portador da Cédula de Identidade 33.988.143-4 SSP/SP, celebram o presente **TERMO ADITIVO**, nas condições a seguir avençadas

LEIA-SE:

O ESTADO DO PIAUÍ, por intermédio da SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA DO PIAUÍ - SEADPREV, CNPJ nº 06.553.481/0003-00, com sede, na Avenida Pedro Freitas, s/nº, bloco 1, Centro Administrativo, CEP 64.018-900, Teresina-PI, representado neste ato por seu secretário, **JOSÉ RICARDO PONTES BORGES**, brasileiro, CPF nº 239.878.393-68, RG nº 712.850-SSP/PI, domiciliado na Avenida Pedro Freitas, s/nº, bloco 1, Centro Administrativo, CEP 64.018-900, Teresina-PI, doravante denominado **CONTRATANTE**, bem como a **VICE GOVERNADORIA DO ESTADO DO PIAUÍ**, com sede na Rua Paissandú, nº 1456, Centro, Teresina-PI, CEP: 64001-120, CNPJ 06.553.481/0006-53, representado neste ato por **MARIA REGINA SOUSA**, residente e domiciliado em Teresina-PI, doravante denominado **CO-CONTRATANTE**, e a **EMPRESA LINK CARD ADMINISTRADORA DE BENEFÍCIOS EIRELI EPP**, inscrita no CNPJ: 12.039.966/0001-11, estabelecida na Rua Rui Barbosa, 449 – Sala – 03 – Buri – SP, CEP 18.290.000, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, neste ato legalmente representada pelo Sr. **MARCELO DE OLIVEIRA LIMA**, inscrito no CPF/MF 310.580.618-01 e portador da Cédula de Identidade 33.988.143-4 SSP/SP, celebram o presente **TERMO ADITIVO**, nas condições a seguir avençadas:



COORDENADORIA DO PROGRAMA DE EDUCAÇÃO
POR MEIO DE MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA – COPEMTEC

EXTRATO DO TERMO DE ADITIVO DE PRORROGAÇÃO DO
PRAZO DE EXECUÇÃO DO OBJETO DO CONTRATO Nº 004/2018
– COPEMTEC; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 65/2017

REFERÊNCIA: CONCORRÊNCIA Nº 01/2017 – COPEMTEC

OBJETO: REFORMAS DE NÚCLEOS DA UNIVERSIDADE ABERTA
DO PIAUÍ – UAPI; **ÓRGÃO:** COORDENADORIA DO PROGRAMA
DE EDUCAÇÃO POR MEIO DE MEDIAÇÃO TECNOLÓGICA -
COPEMTEC; **EMPRESA CONTRATADA:** GALUMA ENGENHARIA
LTDA, CNPJ: 03.279.121/0001-02; **VALOR DO CONTRATO:** R\$
5.404.931,78 (cinco milhões, quatrocentos e quatro mil, novecentos e
trinta e um reais e setenta e oito centavos) dividido em três lotes,
sendo o Lote 01, no valor de R\$ 2.683.976,04 (dois milhões, seiscentos e
oitenta e três mil, e quatro centavos), Lote 02, no valor de
R\$ 1.968.013,10 (um milhão, novecentos e sessenta e oito mil, treze
reais e dez centavos) e Lote 03, no valor de R\$ 752.942,64 (setecentos e
cinquenta e dois mil, novecentos e quarenta e dois reais e sessenta e
quatro centavos). **Previsão Legal:** Inciso II, §§ 1º e 2º, do artigo 57
da lei 8.666/93 e Cláusula Dois, Item 2.2 do contrato originário.

Data da assinatura do Termo Aditivo: 14 de março de 2019; **Vigência
do Termo Aditivo:** de 29 de março a 28 de junho de 2019; **assinatura
do gestor do órgão contratante:** Mário Ângelo de Meneses Sousa –
Coordenador Geral.

Of. 028



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC

EXTRATO DO TERMO ADITIVO Nº 002/2019 AO CONTRATO Nº 230/2017	
Nome do Contratante	SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO – SEDUC/PI
CNPJ do Contratante	06.554.729/0001-96
Nome do Contratado	CONSTRUTORA RGE LTDA
CNPJ do Contratado	08.397.334/0001-52
Resumo do objeto do aditivo	Acordam as partes em relação Contrato nº 230/2017, cujo objeto consiste na Reforma e ampliação da Unidade Escolar Fenelon Castelo Branco, no município de União/PI, pela prorrogação do prazo de execução da obra em 180 (cento e oitenta) dias, a partir da data de 19/02/2019 até 18/08/2019, sendo o prazo de vigência até 31/12/2019 em conformidade com o cronograma físico-financeiro repactuado, constante no Processo Administrativo SEED/PI nº 0004862/2019.
Prazo de vigência	31/12/2019
Prazo de execução	19/02/2019 até 18/08/2019
Data de assinatura do aditivo	25 de fevereiro de 2019
Signatários do Contrato	Hélder Sousa Jacobina – Secretário de Educação Raimundo Guilherme Pereira Barros – Representante da Empresa

Of. 062



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E
TECNOLÓGICO – SEDET

EXTRATO DO 3º TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 003/2018

CONTRATANTE: Secretaria do Desenvolvimento Econômico e
Tecnológico SEDET

CNPJ DO CONTRATANTE: 06.688.303/0001-25

CONTRATADO: ANTÔNIO RUFINO DA SILVA NETO - ME

CNPJ: 06.056.416/0001-08

RESUMO DO OBJETO DO ADITIVO: o presente Termo Aditivo
consiste na prorrogação do prazo de execução do contrato Nº 003/
2018, por mais 90 (noventa) dias, contado a data da assinatura.

DATA DA ASSINATURA: 12 de março de 2019.

SIGNATÁRIOS DO CONTRATO: PELA CONTRATANTE: Igor
Leonam Pinheiro Néri

PELA CONTRATADA: Antônio Rufino da Silva Neto

Of. 123



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COORDENADORIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL E LAZER – CDSOL

EXTRATO DO CONTRATO Nº. 51/2019

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 95/2019

MODALIDADE DE LICITAÇÃO: INEXIGIBILIDADE Nº. 52/2019

FUNDAMENTO LEGAL: ART. 25, III, LEI 8.666/93.

CONTRATANTE: Coordenadoria de Desenvolvimento Social e Lazer-
CDSOLPI

CNPJ Nº: 22.821.131/0001-72

CONTRATADA: R GOMES PRODUÇÕES E EVENTOS.

CNPJ: 41.259.581/0001-68

OBJETO: Prestação de serviços para contratação de atração musical
para apresentação artística no evento “Carnaval de União”, no período
de 02 a 05 de março de 2019, no município de União/PI, com recursos
oriundos de emendas dos Deputados Zé Santana (R\$ 50.000,00),
Liziê Coelho (R\$ 40.000,00) e Júlio Arcoverde (R\$ 100.000,00).

VIGÊNCIA: O prazo de vigência será até 31.12.2019.

PRAZO DE EXECUÇÃO: A execução do serviço será 02 a 05/03/2019
DATA DE ASSINATURA DO CONTRATO: 26.02.2019

VALOR CONTRATADO: R\$ 190.000,00 (Cento e noventa mil reais).

Classificação Orçamentária: Órgão/Unidade Orçamentária: 11.116.
Função: 27, Sub-Função: 813; Programa: 0013, Atividade Projeto: 1484,
Subelemento: 23.

Natureza da Despesa: 33.90.39

Fonte: 00

SIGNATÁRIOS:

Pela Contratante: Simone Pereira de Farias Araújo

Pela Contratada: Raimundo Gomes da Cunha

Of. 197



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO – SETUR

DISTRATO DO CONTRATO Nº 004/2014

TERMO DO DISTRATO: distrato do contrato de prestação de
serviços nº 004/2014.

DISRATANTE: O Estado do Piauí, Por Intermédio da Secretaria de
Estado Do Turismo,

DISTRATADO: SOFERRO Construtora LTDA, CNPJ (MF) sob o nº
03.718.032/0001-15.

OBJETO DISTRATADO: Rescisão amigável do contrato
administrativo nº 04/2014 - SETUR, para execução das obras de
construção e requalificação do centro de convenções - 2ª etapa, no
município de Teresina, decorrente do processo de licitação nº 02/
2013.

FUNDAMENTO LEGAL: A rescisão por comum acordo encontra
amparo no disposto no art. 78, inciso XII c/c art. 79, inciso II, da Lei
Federal nº 8.666/93 e suas alterações posteriores, bem como na
Cláusula vigésima segunda, inciso II do Contrato Originário. A
rescisão contratual em questão ainda encontra resguardo no Parecer
PLC nº 178/2019 e despacho nº 57/2019, da Procuradoria Geral do
Estado do Piauí - PGE/PI.

SIGNATÁRIOS: Bruno Ferreira Correia Lima, pela Secretária de
Estado do Turismo do Piauí e Reginaldo Rufino Leal pela empresa
SOFERRO Construtora LTDA.

Teresina - PI, 28 de fevereiro de 2019.

BRUNO FERREIRA CORREIA LIMA
Secretário de Estado de Turismo

Of. 093



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE - SESAPI

EXTRATO DO TERMO DE RESCISÃO UNILATERAL Nº 46/19 AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 27/2019.	
Processo	AA.900.1.013242/18.
Contratante	Secretaria de Estado da Saúde.
CNPJ do Contratante	06.553.564/0001-38.
Contratado	L. P. TOTAL SERVICE LTDA - ME.
CNPJ do Contratado	10.846.808/0001-48.
Objeto	O contrato tem por objeto a "Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de grupos geradores (manutenção de grupos geradores e subestação com fornecimento de peças e acessórios)" para atendimento das necessidades dos serviços público em geral.
Dos Motivos da Rescisão	Constatou-se que, após a assinatura e publicação do presente contrato administrativo no Diário Oficial do Estado, não houve autorização previa pela Superintendência de Licitações e Contratos para celebração do contrato por adesão a ata de registro de preços, em consonância ao Art.35, parágrafo 5º da Lei Complementar Estadual nº 28/2003.
Data da Assinatura	11.03.2019.
Assinatura	FLORENTINO ALVES VERAS NETO - Secretário de Estado da Saúde do Piauí;

EXTRATO DO II TERMO ADITIVO Nº 48/19 AO CONTRATO Nº 155/2017.	
Processo	AA.900.1.147617/17.
Contratante	Secretaria de Estado da Saúde.
CNPJ do Contratante	06.206.659/0001-85.
Contratado	MUTUAL SERVIÇOS DE LIMPEZA EM PRÉDIOS E DOMICÍLIOS LTDA.
CNPJ do Contratado	10.659.927/0001-91.
Objeto	O presente instrumento tem a finalidade de introduzir alterações ao contrato nº 155/2017, cujo objeto é a "PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA TERCEIRIZADA (MÃO DE OBRA ESPECIALIZADA)" EM UNIDADES DA SESAPI.
Valor	O valor mensal do contrato, após esta repactuação, conforme os cálculos apresentados pela CGE através do Parecer CGE nº 0001/2019, haverá uma redução. O valor passará de R\$ 358.723,87 (trezentos e cinquenta e oito mil, setecentos e vinte e três reais e oitenta e sete centavos) para R\$ 341.607,99 (trezentos e quarenta e um mil, seiscentos e sete reais e noventa e nove centavos).
Data da Assinatura	11.03.2019.
Data da Assinatura	Pela contratante: FLORENTINO

	ALVES VERAS NETO - Secretário de Estado da Saúde do Piauí; Pela contratada: HERCÍLIA DE JESUS MARTINS RODRIGUES.
--	---

EXTRATO DA ERRATA DE PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO ENTRE ENTES PÚBLICOS Nº 285/18.

Referente às publicações dos dias 14.12.18, pag. 17.

ONDE SE LÊ: Vigência: 12 (doze) meses, a partir da data de sua assinatura.

LEIA-SE: Vigência: 12 (doze) parcelas.

Of. 1267

PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA ALEGRE - PI

AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2019

Município de Lagoa Alegre, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação na modalidade Pregão Presencial nº 002/2019, a ser realizado às 09:00h, do dia 29/03/2019. Valor: Menor Preço. Objeto: Contratação de empresa para a prestação dos Serviços de Limpeza Pública do Município de Lagoa Alegre. Fonte de Recurso: FPM - Receita Própria, ICMS, IPVA, Conta Movimento e outros. Valor Estimado: Conforme termo de referencia. Tel.: 86-99434-5456. Cópia do Edital: Pode ser adquirido por qualquer empresa interessada, na sala da Comissão Permanente de Licitação, de seg. a sex. das 07:30 às 13:00h, trazer 01 pen drive para cópia.

Lagoa Alegre - PI, 13 De Março De 2019.

ADÃO BARROS DA FONSECA
Presidente da Comissão Permanente de Licitações

P. P. 1079

OUTROS



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
COMPANHIA DE TERMINAIS ALFANDEGADOS DO PIAUÍ - PORTO PI

CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DA COMPANHIA DE TERMINAIS ALFANDEGADOS DO PIAUÍ - PORTO PI

O Presidente do Conselho de Administração da Companhia de Terminais Alfandegados do Piauí - Porto PI, no uso de suas atribuições legais convoca Reunião da Assembleia Geral Ordinária a se realizar na Av. Industrial Gil Martins, 1810 4º andar, Bairro Redenção - CEP-64.019-630 Teresina - Piauí - Brasil, Sede da FIEPI, às 10h00min, do dia 20 de março de 2019, para deliberar sobre o seguinte:
1 - Composição Societária;
2 - Outras deliberações do interesse da companhia.

Teresina (PI), 14 de março de 2019.

IGOR LEONAM PINHEIRO NERI
Presidente do Conselho de Administração

**Of. 008
3-1**



TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A
CNPJ 06.847.495/0001-75
NIRE 22.300.000.161

EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA A SEREM REALIZADAS CUMULATIVAMENTE EM 25 DE ABRIL DE 2019, ÀS NOVE HORAS E ÀS ONZE HORAS RESPECTIVAMENTE.

Ficam os senhores acionistas da Companhia TV RÁDIO CLUBE DE TERESINA S/A, companhia fechada, inscrita no CNPJ sob o nº 06.847.495/0001-75 e NIRE 22.300.000.161, convocados para comparecer às Assembleias Geral Ordinária e Extraordinária a serem realizadas no dia 25 de abril de 2019, às 09:00 (nove) horas e às 11:00 (onze) horas, respectivamente, na sede da companhia, localizada na Avenida Professor Valter Alencar, nº 2.120, bairro Monte Castelo, em Teresina, Piauí, CEP 64.017-425, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia:

ORDEM DO DIA 25 DE ABRIL DE 2019 ÀS NOVE HORAS

Assembleia Geral Ordinária

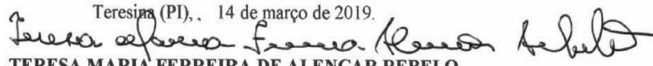
- 1) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2018;
- 2) Deliberar sobre a destinação do resultado do exercício de 2018 e a distribuição de dividendos;
- 3) Outros assuntos de interesse da companhia;

ORDEM DO DIA 25 DE ABRIL DE 2019 ÀS ONZE HORAS

Assembleia Geral Extraordinária

- 1) Reforma do Estatuto Social da companhia para inclusão em seu objetivo social a exploração da atividade de canal de comunicação via internet;
 - 2) Outros assuntos de interesse da companhia.
- Os documentos a que se refere o Artigo 133 DA Lei 6.404/76, com as alterações da Lei 11.638, de 28/12/2007, relativos ao exercício encerrado em 31/12/2018, e todas as informações pertinentes às matérias previstas neste Edital encontram-se à disposição dos acionistas na sede da companhia, na Avenida Professor Valter Alencar, nº 2.120, sala da Administração/Contabilidade, bairro Monte Castelo, em Teresina (PI), CEP 64017-425.
- O acionista ou seu representante legal deverá comparecer às referidas Assembleias munido de documentos originais de identificação e, no caso de representação por procuração, o procurador deverá exibir a via original, a cópia autenticada ou o instrumento público do mandato outorgado pelo acionista.

Teresina (PI), 14 de março de 2019.


TERESA MARIA FERREIRA DE ALENCAR REBELO
Presidente do Conselho de Administração

Av. Professor Valter Alencar, 2120 - Monte Castelo - CEP: 64017-425
Teresina - PI

P.P. 1070
3-2

POSTO SÃO PAULO torna público que requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Defesa Civil SEMAD, a LICENÇA DE OPERAÇÃO, para- Comércio varejista de combustíveis para veículos automotores, RAZÃO SOCIAL: COMERCIO DE COMBUSTIVEL SÃO PAULO LTDA, NOME FANTASIA: POSTO SÃO PAULO, CNPJ: 30.818.924/0001-60, localizada à Rua: Prof. Antonio Lopes, nº 210, Bairro Centro, na cidade de Piripiri-PI, CEP: 64.260-000.

P.P. 1073

RAZÃO SOCIAL: NELSON MALAQUIAS E FILHOS LTDA
“POSTO JENIPAPEIRO” CNPJ: 17.569.519/0001-98 torna público que esta REQUERENDO A RENOVAÇÃO DA LICENÇA DE OPERAÇÃO da Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos-PI-SEMAR Licença Operacional, para posto localizado na EST VISCINAL PARA BR-020 KM-0/MARGEM DIREITA Nº 8 BAIRRO: TRIZIDELA, - PI cidade: FRANCISCO SANTOS - PI

P.P. 1074

M & R CAJADO LTDA – ME TORNA PÚBLICO QUE REQUEREU À SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS – SEMAR, A DECLARAÇÃO DE BAIXO IMPACTO (DBIA) PARA CNAE 11.21-6-00 - FABRICAÇÃO DE ÁGUAS ENVASADAS, NA AV FRANCISCO BORGES DOS SANTOS (L IMPAR), 1535, JOÃO XXIII, PARNAIBA - PI.
FOI DETERMINADO ESTUDO DE IMPACTO AMBIENTAL.

P.P. 1076

BARRETO & MEDEIROS CORRETAGEM DE IMOVEIS LTDA - CNPJ nº 23.814.562/0001-74, torna público que solicitou a SEMAR a expedição da Autorização e Outorga Preventiva para um poço tubular a ser perfurado no Loteamento Gervásio Medeiros, s/n, Morro da Pipoca, Sub-bacia Longá, Aquífero Poti, no município de Barras-PI, Coordenadas: 04° 15' 33,28" S / 42° 17' 05,84" W para reservar 21.600 m³/ano, para uso humano.

MELO & MELO EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - CNPJ nº 20.741.869/0001-02, torna público que solicitou a SEMAR a expedição da Autorização e Outorga de Uso para um poço tubular no Loteamento Portal dos Carnaubais, s/n, Cidade Nova, Sub-bacia Longá, Aquífero Cabeças, no município de Campo Maior-PI, Coordenadas: 04° 50' 48,59" S / 42° 11' 12,66" W para reservar 55.080 m³/ano, para uso humano.

MATOS E MARTINS LTDA-EPP, CNPJ 10.507.659/0001-92, torna público que solicitou a SEMAR a expedição de Autorização e Outorga de Uso para um poço tubular no Loteamento Green Ville, BR-343 S/N, Sub-bacia do Corda, Aquífero Corda, no município de Água Branca - PI, Coordenadas: Latitude 05° 53' 33,69" S e Longitude 42° 39' 06,83" W para reservar 115.257,6 m³ ano para consumo humano.

RETIFICAÇÃO

No Edital de Licença junto a SEMAR da Prefeitura Municipal de Conceição do Canindé, publicado no DOE-PI, nº 43, pág. 28 de 01/03/2019, ONDE SE LÊ: CNPJ 06.554.778/0001-29. LEIA-SE: CNPJ 06.553.697/0001-04.

P. P. 1079



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS

EDITAL

A Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos, CNPJ Nº. 12.176.046/0001-45, com sede na Rua 13 de Maio, 307, Centro, nesta cidade de Teresina, torna público o recebimento do Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental EIA/RIMA de JADE ENERGIA LTDA referente a um Projeto de Geração de Energia Fotovoltaica (Energia Solar) nas Fazendas Canto Grande e Dois Irmãos (O Parque Solar será composto por 12 sub-parques), localizadas no município de São Gonçalo do Gurguéia - PI, ficando estabelecido o prazo de 45 (quarenta e cinco) dias, a contar da data de publicação deste Edital, durante o qual a Secretaria do Meio Ambiente e Recursos Hídricos receberá requerimentos para a realização de Audiência Pública.

Teresina, 12 de março de 2019.

ROBÉRIO ASLAY DE ARAÚJO BARROS
Secretário de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Estado do Piauí
Of. 173



Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piripiri
CNPJ Nº 35.146.612/0001-71
Sede: Rua Areolino de Freitas e Silva, 200 – Matadouro
Fone/Fax: (86) 3276-0478 CEP 64260-970 Piripiri – Piauí
E-mail: apaepiripiri@hotmail.com

Ofício nº 026/2019

Piripiri, 12 de março de 2019

Sr. Gerente,

Venho por meio deste, solicitar a vinculação de poderes para movimentação da conta corrente abaixo relacionada, vinculada ao CNPJ 35.146.612/0001-71, da Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais de Piripiri (APAE), sendo que os titulares autorizados estão listados abaixo:

TITULARES:

PRESIDENTE: MARISTELA LINA DE ANDRADE RIBEIRO

TESOUREIRO: ARIVALDO GOMES CERQUEIRA

CONTA:

AGÊNCIA: 0129-5

CONTA: 40.852-2

PODERES:

EMITIR CHEQUES
ABRIR CONTAS DE DEPÓSITOS
AUTORIZAR COBRANÇA
RECEBER, PASSAR RECIBO E DAR QUITAÇÃO
SOLICITAR SALDOS, EXTRATOS E COMPROVANTES
REQUISITAR TALONÁRIOS DE CHEQUES
RETIRAR CHEQUES DEVOLVIDOS
ENDOSSAR CHEQUE
REQUISITAR CARTÃO ELETRÔNICO
MOVIMENTAR CONTA CORRENTE PJ COM CARTÃO ELETRÔNICO
SUSTAR/CONTRA-ORDENAR CHEQUES
CANCELAR CHEQUES
BAIXAR CHEQUES
EFETUAR RESGATES/APLICAÇÕES FINANCEIRAS
CADASTRAR, ALTERAR E DESBLOQUEAR SENHAS
EFETUAR SAQUES – CONTA CORRENTE
EFETUAR SAQUES – POUPANÇA
EFETUAR PAGAMENTOS POR MEIO ELETRÔNICO
EFETUAR TRANSFERÊNCIAS POR MEIO ELETRÔNICO
EFETUAR MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA NO RPG
LIBERAR ARQUIVOS DE PAGAMENTOS NO GERENCIADOR FINANCEIRO
SOLICITAR SALDOS/EXTRATOS DE INVESTIMENTO
EMITIR COMPROVANTES
ENCERRAR CONTAS DE DEPÓSITOS

Atenciosamente,

Maristela Lina de Andrade Ribeiro
Maristela Lina de Andrade Ribeiro
Presidente APAE Piripiri - PI
CPF: 353.741.013-15

Arialdo Gomes Cerqueira
Arialdo Gomes Cerqueira
1º Diretor Financeiro
APAE - PIRIPIRI - PI
CPF: 337.557.013-01

Ilmo. Sr.

Gerente do Banco do Brasil – Ag. 0129-5
NESTA

P.P. 1078



UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI
NÚCLEO DE CONCURSOS E PROMOÇÃO DE EVENTOS - NUCEPE
CONCURSO PÚBLICO DA POLÍCIA MILITAR DO ESTADO DO PIAUÍ - PMPI 2017

RESULTADO DEFINITIVO DA 5ª ETAPA - INVESTIGAÇÃO SOCIAL (SUB JUDICE)

SOLDADO PM - 2º BPM - PARNAÍBA / MASCULINO

Inscrição	Nome	Identidade	Situação
027527	DANILO MARTINS FERREIRA (sub judice)	3403108 - PI	APTO
044251	FELIPE ARAUJO VIANA (sub judice)	2002012051060 - CE	APTO

SOLDADO PM - 3º BPM - FLORIANO / MASCULINO

Inscrição	Nome	Identidade	Situação
040346	FRANTIALLO GONCALVES PEREIRA SILVA (sub judice)	2560321 - PI	FALTOU

SOLDADO PM - 4º BPM - PICOS / MASCULINO

Inscrição	Nome	Identidade	Situação
043420	FRANCISCO WELLISON SOARES MENDES (sub judice)	2504503 - PI	APTO
026180	JEFFERSON RAILSON MARTINS HERCULANO (sub judice)	3562445 - PI	APTO
008211	PLACIDO DUARTE ANDRADE DE ARAUJO (sub judice)	2001032024397 - CE	APTO

SOLDADO PM - 4º CIA / 7º BPM - AVELINO LOPES / MASCULINO

Inscrição	Nome	Identidade	Situação
038116	FRANCISCO NAYRON BRANDÃO MOREIRA (sub judice)	50237209 - PI	APTO
000356	PAULO RICARDO RIBEIRO DOS SANTOS (sub judice)	1480542938 - BA	APTO
034828	SANATIEL SOUSA SILVA (sub judice)	2571557 - PI	APTO

SOLDADO PM - 10º BPM - URUÇUI / MASCULINO

Inscrição	Nome	Identidade	Situação
021865	CLAUDIO BARRADAS DOS SANTOS (sub judice)	3072879 - PI	APTO
000426	EMILY MONTEIRO DE OLIVEIRA (sub judice)	2.305.568 - PI	APTO
000315	RICARDO DE MELO SILVA (sub judice)	2806388 - PI	APTO

SOLDADO PM - 12º BPM - PIRIPIRI / MASCULINO

Inscrição	Nome	Identidade	Situação
027436	AUGUSTO FAGNER AMARAL CARDOSO (sub judice)	5321310 - PA	APTO
029469	LUCAS GONÇALVES VERAS (sub judice)	3833726 - PI	APTO

SOLDADO PM - 14º BPM - OEIRAS / MASCULINO

Inscrição	Nome	Identidade	Situação
009783	FRANCISCO WEIDSON MENESES DOS SANTOS (sub judice)	2.813.994 - PI	APTO

SOLDADO PM - 19º BPM - BOM JESUS / MASCULINO

Inscrição	Nome	Identidade	Situação
030586	LUIS FILHO DA ROCHA MELO (sub judice)	2494159 - PI	APTO

Prof. Dr. Jorge Martins Filho
Prof. Dr. Jorge Martins Filho
Diretor do Núcleo de Concursos
e Promoção de Eventos - NUCEPE
Matrícula: 061140-2

Of. 33

A FUNDACÃO MUSEU DO HOMEM AMERICANO, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob nº 07.682.107/0001-06, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, com sede na Avenida Deputado João Batista Dias, 1700 - Bairro Campestre, CEP 64770-000 na cidade de São Raimundo Nonato - Estado do Piauí, vem, através da presente publicação, dar publicidade ao Extrato de Relatório de Execução Física e Financeira de Termo de Parceria nº 03/2017 - SICONV Nº 852850/2017- Relativo ao período de 01/01/2018 a 31/12/2018.

ANEXO II

(Nome do Órgão Público)				
Instituto Chico Mendes de Conservação da Diversidade - ICMBio				
Extrato de Relatório de Execução Física e Financeira de Termo de Parceria nº 858850/2017				
Custo do projeto: R\$ 969.980,00 (novecentos e sessenta e nove mil e novecentos e oitenta reais)				
Local de realização do projeto: Parque Nacional Serra da Capivara - Piauí				
Data de assinatura do TP: 858850/2017 Início do projeto: 28/12/2017 Término: 28/12/2019 -				
Objetivos do projeto : Gestão Compartilhada do Parque Nacional Serra da Capivara O projeto tem como objetivo melhorar as condições de trabalho e a eficácia das ações do pessoal que trabalha na Unidade e no entorno e produzir material de divulgação. Especificamente os objetivos são manutenção de infraestrutura e equipamentos e permanência de pessoal nas guaritas de acesso ao Parque.				
Resultados alcançados : Período de 01/01/2018 a 31/12/2018. Gestão e Administração : O cumprimento da gestão compartilhada nas atividades de manutenção, preservação e conservação contínua das vias de acesso do Parque, das guaritas e das áreas de uso comum. Completando com picarras as vias de acesso, consentando as estruturas edificadas, limpeza das vegetações secas, abastecimento de água nas diversas partes do Parque, guaritas e reservatórios e bebedouro para a fauna existente. Para tanto, foram necessárias contratação de profissionais com experiência nas diversas atividades a serem desenvolvidas tais como: agentes de portaria e agentes de manutenção, além de Arquiteto, motoristas e profissional de contabilidade. O Arquiteto desenvolveu os trabalhos de coordenação e monitoramento das atividades de campo, visando o constante e bom funcionamento dessas ações. Os motoristas contratados conduziram os veículos 4x4 transportando os agentes ao campo para as ações de manutenção do Parque. Os 15 (quinze) agentes de manutenção atuaram em diversas áreas (Zabelê, Oitenta, Sítio do Moco, Serra Vermelha, Baixa Grande e Serra Branca). Foram limpas as áreas de acesso, foi feito o roço, aberto drenos, retirada de galhos caídos e toda a manutenção necessária para manter acesso aos sítios. As equipes percorreram as regiões resolvendo os problemas a medida que iam aparecendo. Participaram do projeto 53 (Cinquenta e três) agentes de portaria (Guariteiras) que não permitiram o acesso ao Parque de pessoas não autorizadas, controle de entrada e saída de materiais, controle de equipamentos e veículos e reportaram a ocorrências diversas sucedidas, atuaram de forma a garantir segurança das pessoas e do patrimônio.				
Custos de Implementação do Projeto				
Categoria de Despesa	Previsto		Realizado	Diferença/saldo
	Conforme Plano de Aplicação	Rendimento de Aplicação		
Material de Consumo	R\$ 97.600,00	-	R\$ 59.345,26	-
Serviços de Transporte e locomoção	R\$ 12.000,00	-	R\$ 5.040,00	-
Pessoal e encargos sociais / Pessoal CLT	R\$ 836.380,00	-	R\$ 829.932,47	-
Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	R\$ 24.000,00	-	R\$ 7.980,00	-
Rendimento de Aplicação	-	R\$ 6.849,84	-	-
Despesas bancárias decorrentes da execução	-	-	-	-
Saldo a conciliar			R\$ 0,0	
	R\$ 969.980,00	R\$ 5.866,14	R\$ 902.297,73	
SALDO BANCÁRIO EM 31/12/2018				R\$ 74.532,11
Nome da OSCIP: Fundação Museu do Homem Americano- FUMDHAM				
Endereço: Avenida Deputado João Batista Dias, 1700				
Cidade: São Raimundo Nonato UF: PI CEP: 64770-000				
Tel.: (89) 35821612 - E-mail: fundham@fundham.org.br				
Nome do responsável pelo projeto: Niéde Guidon				
Cargo / Função: Diretora Presidente				

P. P. 1075



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO - SEDUC

TERMO DE PRORROGAÇÃO DO EDITAL SEDUC/PRONATEC Nº 002/2018

O GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ, através da Secretaria de Estado da Educação Seduc/PI e da Coordenação Geral do Pronatec da Rede Estadual, no uso de suas atribuições legais, faz saber e torna público a quem possa interessar a **PRORROGAÇÃO DO EDITAL SEDUC/PRONATEC Nº 002/2018** pelo período de 12 (doze) meses a contar desta data, nos termos do edital.

Teresina (PI), 09 de março de 2019.

Helder Sousa Jacobina
Secretário de Estado da Educação do Piauí

Of. 063



GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA DO ESTADO DO PIAUÍ - FAPEPI

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí, no uso das suas atribuições, publica errata referente ao termo de 047/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPq Nº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 13.370,00
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 5.300,00

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

Diário Oficial

22



Teresina(PI) Sexta-feira, 15 de março de 2019 • Nº 50

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do ~~PIA~~FAPEPI, no uso das suas atribuições, put errata referente ao termo ~~de~~ 033/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPqNº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 18.800,01
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 8.057,14

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do ~~PIA~~FAPEPI, no uso das suas atribuições, put errata referente ao termo ~~de~~ 035/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPqNº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 24.325,01
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 10.425,01

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do ~~PIA~~FAPEPI, no uso das suas atribuições, put errata referente ao termo ~~de~~ 026/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPqNº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 24.500,01
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 10.500,01

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do ~~PIA~~FAPEPI, no uso das suas atribuições, put errata referente ao termo ~~de~~ 014/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPqNº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 13.918,34
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 5.965,01

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

Diário Oficial

23



Teresina(PI) Sexta-feira, 15 de março de 2019 • Nº 50

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do ~~PIA~~FAPEPI, no uso das suas atribuições, publica errata referente ao termo de 004/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPq Nº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 24.500,00
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 10.500,00

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do ~~PIA~~FAPEPI, no uso das suas atribuições, publica errata referente ao termo de 036/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPq Nº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 14.000,00
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 6.000,00

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do ~~PIA~~FAPEPI, no uso das suas atribuições, publica errata referente ao termo de 007/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPq Nº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 14.000,00
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 6.000,00

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do ~~PIA~~FAPEPI, no uso das suas atribuições, publica errata referente ao termo de 045/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPq Nº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 14.000,00
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 6.000,00

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

Diário Oficial

24



Teresina(PI) Sexta-feira, 15 de março de 2019 • Nº 50

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do ~~PIA~~FAPEPI, no uso das suas atribuições, put errata referente ao termo ~~de~~ 018/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPqNº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 11.200,00
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 4.800,00

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do ~~PIA~~FAPEPI, no uso das suas atribuições, put errata referente ao termo ~~de~~ 006/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPqNº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 24.500,00
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 10.500,00

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do ~~PIA~~FAPEPI, no uso das suas atribuições, put errata referente ao termo ~~de~~ 020/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPqNº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 24.499,14
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 10.432,80

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do ~~PIA~~FAPEPI, no uso das suas atribuições, put errata referente ao termo ~~de~~ 043/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPqNº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 22.400,00
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 9.600,00

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI



ERRATA DE TERMO DE OUTORGA

A Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI), no uso das suas atribuições, put errata referente ao termo de 017/2019, EDITAL FAPEPI/ MCT/CNPq nº 007/2018 CONVÊNIO FAPEPI/CNPq.

Faz-se constar na cláusula 4 do referido termo:

RECURSOS FINANCEIROS

VALOR DE CAPITAL	R\$ 12.200,00
VALOR DE CUSTEIO	R\$ 5.124,00

Teresina, 07 de março de 2019

FRANCISCO GUEDES ALCOFORADO FILHO

Presidente FAPEPI

Of. 085

EDITAL

PAULO GILBERTO ANTONIAZZI, torna público que **REQUEREU** à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais SEMAR, pedido de **REGULARIZAÇÃO** e **OUTORGA DE USO**, para o poço tubular na localidade **FAZ. MARCELINO MARIA I**, município de **BOM JESUS - PI** com Latitude **9° 8'31.08"S** Longitude **44°57'14.40"W**. Bacia Hidrográfica: Rio PARNAIBA Sub-bacia: RIO GURGUEIA - **Volume requerido (m³/ano): 14.320** Finalidades do uso da água: **CONSUMO HUMANO E ANIMAL**.

EDITAL

PAULO GILBERTO ANTONIAZZI, torna público que **REQUEREU** à Secretaria de Meio Ambiente e Recursos Naturais SEMAR, pedido de **REGULARIZAÇÃO** e **OUTORGA DE USO**, para o poço tubular

na localidade **FAZ. MARCELINO MARIA II**, município de **BOM JESUS - PI** com Latitude **9° 8'31.08"S** Longitude **44°57'14.40"W**. Bacia Hidrográfica: Rio PARNAIBA Sub-bacia: RIO GURGUEIA - **Volume requerido (m³/ano): 14.320** Finalidades do uso da água: **CONSUMO HUMANO E ANIMAL**.

EDITAL

ANDERSON CEZAR POZZA, empresário, CPF nº 587.050.829-00, proprietário da **Fazenda Pozza**, localizada na zona rural do município de Palmeira do Piauí, torna público que requereu junto a SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS SEMAR, mudança da atividade para projeto agropecuário, Licenças de Instalação LI e Desmate.

EDITAL

Damaris Kudiess, empresária, CPF nº 503.105.500-68, proprietária da **Fazenda Bonansa**, projeto de agrícola na produção de grãos (arroz, milho e soja), localizada na zona rural do município de Uruçuí Piauí, torna público que requereu junto a SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS SEMAR, a Licenças de Regularização da LO.

EDITAL

Leivandro Fritzen, CPF nº 923.759.520-49 e outros, proprietários do **CONDOMÍNIO ALVORADA**, composto pelas **Fazendas Alvoradas XI, XII, XIII e Riacho dos Cavalos (Projetos Agrícolas)** localizados na Serra dos Patos e Riachão divisa dos municípios de Monte Alegre e Gilbués PI, tornam público que requere junto a SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS SEMAR, a renovação da licença de Operação (LO).

EDITAL

DARSIFRITZEN, CPF nº 216.548.080-91, proprietário das **FAZENDAS ALVORADAS (Projetos Agrícolas)**, localizada na Serra dos Patos e Riachão divisa dos municípios de Monte Alegre e Gilbués PI, torna público que requereu junto a SECRETARIA ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS SEMAR, a DEBIA para pista de pouso da fazenda.

**FICHA TÉCNICA**

GOVERNADOR DO ESTADO DO PIAUÍ
José Wellington Barroso de Araújo Dias

VICE-GOVERNADOR
Maria Regina Sousa

SECRETARIA DE GOVERNO
Merlong Solano Nogueira

SECRETARIA DA FAZENDA
Rafael Tajra Fonteles

SECRETARIA DA EDUCAÇÃO
Helder Sousa Jacobina

SECRETARIA DA SAÚDE
Florentino Alves Veras Neto

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA
Rubens da Silva Pereira

SECRETARIA DA ADMINISTRAÇÃO E PREVIDÊNCIA
José Ricardo Pontes Borges

SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO RURAL
Patrícia Vasconcelos Lima

SECRETARIA DO PLANEJAMENTO
Antonio Rodrigues de Sousa Neto

SECRETARIA DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS
Roberto Aslay de Araújo Barros

SECRETARIA DAS CIDADES
Gustavo Henrique Mendonça Xavier de Oliveira

SECRETARIA DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TECNOLÓGICO
Raimundo José Reis de Castro

SECRETARIA DO TRABALHO E EMPREENDEDORISMO
Rosalena Maria de Medeiros Ferreira

SECRETARIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA
Ana Paula Mendes de Araújo

SECRETARIA DA JUSTIÇA E DOS DIREITOS HUMANOS
Daniel Carvalho Oliveira Valente

SECRETARIA DA INFRAESTRUTURA
Deusval Lacerda de Moraes

SECRETARIA DOS TRANSPORTES
Guilhermano Pires Ferreira Correa

SECRETARIA DO TURISMO
Bruno Ferreira Correia Lima

SECRETARIA DE DEFESA CIVIL
Raimundo Coelho de Oliveira Filho

SECRETARIA PARA INCLUSÃO DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA
Mauro Eduardo Cardoso e Silva

SECRETARIA DE MINERAÇÃO, PETRÓLEO E ENERGIAS RENOVÁVEIS
André Luiz Feitosa Quixada

SECRETARIA ESTADUAL DE CULTURA
Marlenildes Lima da Silva

PROCURADOR GERAL DO ESTADO DO PIAUÍ
Plínio Clerton Filho

CONTROLADOR GERAL DO ESTADO
Nuno Kauê dos Santos Bernardes Bezerra

DIRETOR DO DIÁRIO OFICIAL
Raimundo Nonato de Oliveira

www.diariooficial.pi.gov.br

TABELA DE PREÇOS

Preço da Linha - R\$ 3,50: para linhas de 10 cm de largura, fonte 10
63 (sessenta e três) caracteres

ASSINATURA SEMESTRAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 178,00
Com remessa postal - R\$ 261,00

ASSINATURA ANUAL DO DIÁRIO OFICIAL

Sem remessa postal - R\$ 306,00
Com remessa postal - R\$ 499,00

PREÇO DO DIÁRIO OFICIAL

Número Avulso até 30 dias - R\$ 2,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) - R\$ 3,50
Exemplar Superior a 30 dias (busca) e xerox autenticada - R\$ 7,00

PAGAMENTO NA ENTREGA DA MATÉRIA

IMPORTANTE: Os originais não serão aceitos com rasuras ou palavras ilegíveis e devem ser entregues digitados em papel formato ofício e em meio magnético (CD ou Pen Drive), sem espaço, de um só lado.

HORÁRIO DE RECEBIMENTO DE EXPEDIENTE PARA PUBLICAÇÃO:
de 2ª a 6ª feiras de 7:30 às 13:30h

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DO PIAUÍ - ESCRITÓRIOS E OFICINAS
Praça Marechal Deodoro, 774 - Telefones: (86) 3221-3531 / 3223-5557

DIÁRIO OFICIAL ON-LINE

Compromisso com a Ética e a Transparência

**UM MOSQUITO
NÃO É MAIS
FORTE QUE UM
PAÍS INTEIRO.**



DISQUE SAÚDE
136
www.saude.gov.br

SUS

GOVERNO FEDERAL
BRASIL
PÁTRIA EDUCADORA